



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 006

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE MARÇO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 001/2003

Curitiba, 10 de março de 2003.

Senhor Presidente:

Como é de pleno conhecimento de V. Exa., desde fins do século XIX não conta o Estado do Paraná com

representação no Supremo Tribunal Federal, período de mais de um século em que as escolhas de ministros do STF foram monopolizadas pelos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Estados do Nordeste.

Note, senhor presidente, apenas a título de exemplo, que, nesses mais de 100 anos de exclusão do Paraná dos quadros do STF, contou Minas Gerais com 38 ministros; São Paulo, 22, e Rio Grande do Sul com outros 5 ministros saídos de seu território. Enfim, desequilíbrio absolutamente inexplicável e incompreensível.

E cuida-se de exclusão resultante exclusivamente de políticas, já que, como consabido, conta o Estado do Paraná com quadros jurídicos à altura dos maiores centros do País, como o demonstram todos os concursos realizados para os cargos jurídicos da República.

Pois bem, é nesse contexto que se situa a justa campanha empreendida pelo Estado do Paraná, sob a liderança de sua Gazeta do Povo e de demais forças vivas locais, voltada a sensibilizar V. Exa. pela convocação para as elevadas funções de ministro do STF de operador jurídico saído dos quadros paranaenses da advocacia pública e privada, da Magistratura Estadual e Federal ou do Ministério Público Federal e Estadual.

Daí, também, em defesa do equilíbrio federativo e cumprindo seu dever cívico, compareçam os signatários para postular a V. Exa. a reserva e destinação ao Estado do Paraná de ao menos uma das 5 cadeiras que se abrem no Supremo Tribunal Federal durante o Governo de V. Exa..

De outro lado, considerando tratar-se de cadeira em instituição permanente de Estado, que discutirá as políticas do Governo de V. Exa. durante os próximos cerca de 15 ou 20 anos, bem compreendem os signatários deva recair a escolha de V. Exa. sobre operadores jurídicos historicamente situados no campo democrático e popular.

E assim é que, associando-se a pronunciamento do eminente deputado federal e presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek, havido em Rede Estadual de Televisão, e ao pronunciamento de outras lideranças políticas como as que a estes subscreve, tomem os signatários a iniciativa de submeter a V. Exa., para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, o nome do eminente procurador do Estado do Paraná, Luiz Henrique Bona Turra, classificado em 1º lugar no Concurso Público Nacional de Provas e Títulos respectivo, dedicado membro do Partido dos Trabalhadores no Paraná, graduado pela Universidade Federal do Paraná, pós-graduado em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pós-graduado Master in Business Administration em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas, indicação, no caso, plenamente justificada, sobretudo, em reconhecimento aos relevantes serviços por ele prestados ao Estado e ao País como procurador da Fazenda Nacional e advogado da União, ambos cargos decorrentes de aprovação em Concursos

Públicos Nacionais de Provas e Títulos, deputado estadual, vice-líder da Bancada de Governo e diretor-geral do Departamento de Obras no primeiro Governo Requião, advogado, jurista, conselheiro estadual da Educação, dirigente partidário, diretor-presidente do Conselho Reitor de Estudos Jurídico-Empresariais, diretor-presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, presidente da União Paranaense dos Estudantes, parecerista, consultor jurídico, aspectos todos que o qualificam amplamente à representação do Estado do Paraná em uma das cadeiras de ministro do Supremo Tribunal Federal, sede em que haverá de exercer longa e profícua magistratura em honra àquela Suprema Corte, como em honra ao Estado do Paraná, ao País e aos elevados propósitos públicos materializados no Governo de V. Exa.

E cuida-se, no caso, de justa homenagem e reconhecimento a operador jurídico historicamente de esquerda, dotado de uma visão ética, moderna, democrática e popular do Direito, que, contando 41 anos de idade e detentor de extensa qualificação jurídica, parlamentar, administrativa e política, esteve com V. Exa. em todas as campanhas desde 1989, e bem assim em todas as campanhas populares e democráticas desde meados dos anos 70.

Demais disso, e não menos importante, trata-se de procurador que desfruta de amplo respaldo junto a seus jovens colegas procuradores da Fazenda Nacional, advogados da União, procuradores de Estado, procuradores da República, promotores de Justiça, magistrados e advogados liberais, que, como todos reconhecem, são os grandes responsáveis pelos avanços ocorridos e em curso na aplicação da Justiça em nosso País. Isto é, recomendação que se adapta, como rara felicidade, ao novo perfil acertadamente desenhado por V. Exa. para as instituições de nosso País.

Justifica-se a recomendação, ainda, na medida em que representa e veicula o procurador Luiz Henrique Bona Turra uma nova concepção de Direito Constitucional. Isso porque, inspirando-se em precedentes da Suprema Corte norte-americana (Carolene Products Co. v. USA, 1938, nota de rodapé nº 4, juiz Harlan Fisk Stone), vem de anunciar que, se escolhido por V. Exa., sustentará no Supremo Tribunal Federal a tese de inversão da presunção de constitucionalidade das normas quando, em tema de direitos fundamentais, na sede abstrata ou incidental de controle de constitucionalidade, estiverem em causa os interesses de cidadãos pobres ou de pessoas e setores excluídos do processo político, social e econômico, constituindo assim o que denomina Direito Constitucional dos Pobres e Excluídos. Enfim, Direito Novíssimo em relação a velhas questões de nosso País, a merecer nosso apoio, confiança, compromisso e esperança.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(aa) NATÁLIO STICA, BARBOSA NETO, PADRE PAULO CAMPOS, PEDRO IVO ILKIV, DOUTOR LUCIANO, RENI PEREIRA, NEREU

MOURA, RENATO GAÚCHO, LUIZ CARLOS MARTINS, FRANCISCO BÜHRER, DELEGADO BRADOCK, RATINHO JÚNIOR, TADEU VENERI, MARCOS ISFER, VANDERLEI IENSEN, ELTON CARLOS WELTER, ARLETE CARAMÊS, ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGNIN, GERALDO CARTÁRIO, ANTONIO ANIBELLI, DOBRANDINO DA SILVA, PASTOR EDSON PRACZYK, JOCELITO CANTO, WALDIR LEITE, MAURO MORAES e LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na qualidade de líder do PDT, indica o nome do deputado Vanderlei Iensen (suplente: Barbosa Neto), para substituir o deputado Barbosa Neto (suplente: Vanderlei Iensen) na Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na qualidade de líder do PDT, indica o nome do deputado Barbosa Neto (suplente: Vanderlei Iensen), para substituir o deputado Vanderlei Iensen (suplente: Barbosa Neto) na Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na qualidade de líder do PMDB, indica o nome do deputado Delegado Bradock para substituir o deputado Alexandre Curi na Comissão Parlamentar do Pedágio.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na qualidade de líder do PMDB, indica o nome da deputada Elza Correia para substituir o deputado delegado Bradock na Comissão de Inquérito do Banestado, passando o deputado Alexandre

Curi a ser suplente da comissão (no lugar da deputada Elza Correia).

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos a presença de V. Exa., para indicar os deputados abaixo relacionados para compor as CPI's, conforme segue:

CPI: PARANACIDADE

Titular: Jocelito Canto
Suplente: Carlos Simões

CPI: COPEL

Titular: Luiz Accorsi
Suplente: Valdir Rossoni

CPI: JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA

Titular: Valdir Rossoni
Suplente: Nelson Garcia

CPI: BANESTADO

Titular: Ailton Araújo
Suplente: Luiz Accorsi

CPI: PEDÁGIO

Titular: Valdir Rossoni
Suplente: Nelson Garcia

Obs: Esta indicação está sendo feita em substituição à anterior, protocolada na data de ontem, pelo motivo da falta dos deputados suplentes para as CPI's.

Certos de poder contar com vossa costumeira atenção e manifestação favorável, renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) VALDIR ROSSONI
Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Considerando que o deputado Cleiton Kielse, indicado por esta liderança do PFL, com seu representante na CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, é componente da Mesa Executiva, comunico a V. Exa. que passarei a representar eu mesmo, o PFL na comissão em questão, permanecendo como suplente o deputado anteriormente indicado.

CPI JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA

Titular: Plauto Miró Guimarães
Suplente: Nelson Justus

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na qualidade de líder do PMDB, indica o nome do deputado Alexandre Curi para

substituir a deputada Elza Correia na Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 065/2003 que declara de Utilidade Pública o Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, com sede e foro no município de Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja procedida votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 267A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 03 Sessões do(s) Projeto(s) de Resolução nº(s) 001/2003 constante(s) da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a sua designação como representante da Assembléia Legislativa do Estado, no Seminário "A Ameaça dos Transgênicos: Proposta da Sociedade Civil" promovido pela AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, a ser realizado em Brasília, nos dias 18, 19 e 20 de março de 2003.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido essa douta Casa de Leis, a liberação do Plenário para a realização do evento denominado "Honraria de Mérito dos

Trabalhadores: Prêmio Personalidades Empreendedoras do Paraná”, a ser realizado em 30 de abril de 2003, quinta-feira, última sessão plenária da semana, devido o feriado nacional na quinta-feira, no horário das 19h00 com duração estimada de 1h30min para o evento.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, determinar realização de Sessão Especial em 30 de abril de 2003 para comemoração do Dia do Trabalhador facultando o uso da tribuna pela Fundação Força Trabalhista do Paraná e pela União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O ato servirá para prestação de homenagem a trabalhadores de todo o Estado do Paraná, que representarão as suas mais diversas regiões, não importando a área de atuação, a escala social, se originário da indústria, agro-indústria, área rural, prestação de serviços, da economia informal, do meio público, autoridades, gente simples do lar, jovens exemplares ou idosos, homens ou mulheres, o importante e indispensável que nas suas escaladas de luta e sobrevivência labutam com amor, sentido de heróismo no coração, orgulho e gratidão, ou seja, com verdadeira devoção em servir a sociedade, são parâmetros de um sonho que permitiu as Entidades Unaecic e Fotrapar, lideradas por seus diretores colaboradores não remunerados, e boa vontade em servir, a idealizar este pioneirismo e importante diferenciado projeto que já contemplou por honraria de mérito, sem qualquer custo, por merecimento, mais de 384 personagens deste querido Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 343

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reserva do Grande Expediente do dia 18 de março para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente perante V. Exa. para REQUERER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 729/2002, de minha autoria, que pretende

autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga o município de Pinhão ao município de Manguairinha, iniciando o trajeto no perímetro urbano de Pinhão, passando por Dois Vizinhos, Reserva do Iguaçu, Usina Hidrelétrica de Salto Segredo, Morro Verde e finalizando no perímetro urbano de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 241/2001, 264/2002, 480/2002 e 673/2002 todos de minha autoria Utilidade Pública Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico, do município de Londrina; introduz alterações na legislação do ICMS, em relação aos produtos da mandioca; autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel para Prefeitura Municipal de Terra Roxa e autoriza o Poder Executivo a regulamentar a situação funcional dos professores e especialistas de educação da Rede Estadual de Ensino, respectivamente.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 306

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 622/2002, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao professor Metry Bacila.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 307

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 648/2002, que regulamenta o artigo 8º das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná de 1989.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 128/2002, que cria o programa de recompensa pela captura de pessoas com mandado de prisão pelo Poder Judiciário do Estado.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 155/2002, que estabelece redução da tarifa de pedágio aos veículos emplacados nos municípios onde se encontram instadas as praças do pedágio no Estado.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 454/2002, que suspende a concessão de linhas de créditos onde o Estado do Paraná atue como interveniente ao município que não desenvolver programa de coleta de lixo e sua reciclagem.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o duto Plenário, REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 134/2002 que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (plebiscito, referendo, iniciativa popular).

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 97/2003 e 100/2003, que institui o programa primeiro emprego - PPE, no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Tibiriçá Botto Guimarães, ocorrido no dia 06 do corrente, e que seja remetida cópia deste expediente à família enlutada, com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos com profunda tristeza a notícia do falecimento do Sr. Tibiriçá Botto Guimarães, ocorrido no

dia 06 corrente, empresário do ramo imobiliário que presidiu a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu no período de 1998 a 2000; exerceu a função de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Abastecimento daquele município, e também de Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Foz, contribuindo significativamente para o progresso e desenvolvimento social da comunidade iguaçuense.

REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento de Rogério Dias Lopes, ocorrido na quarta feira, 12 de março de 2003, em Japurá-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do município de Japurá e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio de Rogério, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

Rogério Dias Lopes era filho do João Paulo Lopes e Paulina Dias Lopes.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória de Rogério Dias Lopes.

REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Batista Coelho "Baianinho", ocorrido na data de 05 março, no município de Telêmaco Borba.

Requer, também envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do menor Cássio Weirich, ocorrido em 08.03.2003, no município de Marechal Cândido Rondon.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, como segue: pai: Waldir Weirich; mãe: Roseli Weirich, irmãs: Scheila e Sharlene, através de correspondência aos cuidados da Unioeste, Rua Pernambuco, 1777 - Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER votos de congratulações à Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar, pelo encontro realizado no dia de hoje no Palácio da Justiça, em Apoio à campanha iniciada pelo Jornal Gazeta do Povo e liderada pelo Movimento Pró-Paraná para indicação de um paranaense no STF.

Requer ainda que seja dada ciência ao Presidente do Amapar, Juiz Roberto Portugal Bacellar, nesta capital.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao município de Rio Bonito do Iguaçu, através do Exmo. Sr. Sezar Bovino, prefeito municipal, bem como através dos nobres Edis da Câmara Municipal daquela municipalidade, em face da comemoração do 11º aniversário de emancipação política daquele município, no próximo dia 19 de março.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pelo flanco fluvial, o território que hoje constitui o município de Rio Bonito do Iguaçu foi movimentado a partir do ano de 1769. Neste período sulcou as águas turvas do Rio Iguaçu a bandeira exploradora do capitão Antonio da Silveira Peixoto, que à mando do governador geral da Capitania de São Paulo, partiu da região de Curitiba a fim de explorar a porção sul e oeste da 5ª comarca de São Paulo. Esta bandeira lançou os fundamentos básicos de povoação de União da Vitória e prosseguiu viagem, singrando águas do Rio Iguaçu, explorando suas margens até chegar à sua embocadura no Rio Paraná.

Pelo planalto através dos Campos Gerais, a região foi atingida após o descobrimento e ocupação dos Campos de Guarapuava, a partir do segundo quartel do século passado. Período que inúmeras sesmarias foram distribuídas neste imenso quadrilátero, dentre as quais, a sesmaria dos Nogueiras. Nesta época esta região era amplamente ocupada por hordas de povos indígenas do grupo Caingangues, que se dividiram dentre Dorins, Camés e Votorões.

Rio Bonito foi área de influência do efêmero Território Federal do Iguaçu, criado em 1943 e cuja capital foi Laranjeiras do Sul. Nesta época já havia se formado no lugar um pequeno povoado, que foi aumentado com a crescente onda migratória, notadamente a alemã e a italiana.

Pela Lei nº 19, de 30 de novembro de 1953, foi criado o Distrito Administrativo de Rio Bonito, com território pertencente ao município de Laranjeiras do Sul.

Em 1986 foi criado o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito, que dentre outras coisas, queria a emancipação política do distrito. No entanto, as negociações arrastaram-se por vários anos apesar do empenho político da comunidade, sendo que somente em 1990 é que realmente conseguiram seu intento.

Através da Lei Estadual nº 9.222, de 03 de abril de 1990, sancionada pelo governador Álvaro Fernandes Dias, Rio Bonito ganha foros de município emancipado, com território desmembrado de Laranjeiras do Sul. A instalação oficial deu-se em 01 de janeiro de 1993.

REQUERIMENTO Nº 277

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao município de Saudade do Iguaçu, através do Exmo. Sr. Luiz Giacomini, prefeito municipal, bem como através dos nobres Edis da Câmara Municipal daquela municipalidade, em face da comemoração do 11º aniversário de emancipação política daquele município, no próximo dia 19 de março.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O nome “Saudade do Iguaçu” foi inspirado num sentimento de José Ascoli, gaúcho de Rondinha, que era vendedor de terras e apaixonou-se pelas belezas do Rio Iguaçu e circunvizinhanças. Toda vez, que retornava ao Rio Grande do Sul, deixava escapar a saudade que sentia destas paragens, desta forma ocorreu a denominação do município.

As primeiras movimentações para a formação do núcleo de colonização, do que hoje se constitui no município de Saudade do Iguaçu, iniciou-se em 1958, com a instalação do Braviaco S/A - Companhia Brasileira de Viação e Comércio. Nesta época iniciou-se o trabalho de desbravamento da região, que teve na figura do Élio Bocalon um de seus colaboradores.

Em 1959, o senhor Horácio Tavares preparou terreno e plantou roça, a partir daí começaram a chegar outras famílias.

A principal atividade era o extrativismo da madeira, especialmente o pinho, e após a derrubada, os colonos iniciaram o plantio de feijão e milho, basicamente produtos de subsistência.

Pela Lei Municipal nº 374, de 12 de agosto de 1972, e pela Lei Estadual nº 08, de 08 de junho de 1973, foi criado o Distrito Administrativo, com denominação de Saudade, e território pertencente ao município de Chopinzinho. Em 01 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 9.914, o núcleo foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado do município de Chopinzinho e denominação alterada para Saudade do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações pelos trinta anos de dedicação, Jubileu de Pérola, do Colunista Social do Jornal Diário da Manhã de Ponta Grossa, Álvaro de Andrade.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através da Caixa Postal 121, CEP 84001-970, Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Cooperativa Agro-industrial Lar, do município de Medianeira, pela ocasião da inauguração da Linha de Enlatados de Unidade Industrial de Vegetais - Itaipulândia-PR, que aconteceu em 24.02.2003.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos senhores Irineu da Costa Rodrigues e Luiz Hoflinger, diretor presidente e diretor vice-presidente, respectivamente no endereço que segue: Av. Brasília, 1220- Caixa Postal 080- CEP 85.884.000 - Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos novos Acadêmicos Honorários da Academia Paranaense de Medicina (Dr. Ivan Beira Fontoura, Dr. Jonas de Faria Castro Filho, Dr. Julio Raphael Gomel, Dr. Lourival Luiz Fornazari), para o Biênio 2001-2003, em cerimônia a ser realizada em 21.03.2003.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às pessoas citadas, no seguinte endereço: Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - CEP 80.240-280 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sra. Shirlei

Augusta de Souza Piccioni, em virtude de sua posse junto à presidência do Conselho Estadual de Educação.

Requer ainda que do presente se dê ciência à referida pessoa no endereço que segue: Av. Sete de Setembro, 5580 - Batel- CEP 80.240-001 - Curitiba- PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova diretoria da AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, eleita para o mandato de 2003, conforme segue: Neuri Roque Rossetti Ghelen (presidente); Luiz Raimundo Corti (1º vice-presidente); Luiz Carlos Guimarães (2º vice-presidente); José Kresteniuk (1º Tesoureiro); Miguel Aguiar (2º tesoureiro); Leonardo Gritti (1º secretário); Pe. Lessir Bortuli (2º secretário); O Conselho Fiscal ficou composto por: Roberto Detoni, Neivo Tomazini, Marluci Weiler, Dirceu Mezaroba e Vilmar Cordasso.

Requer ainda, que do presente se dê ciência as pessoas citadas no seguinte endereço: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, Rua Maranhão, 360 - CEP 86.601-310 - Francisco Beltrão- PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Mesa Executiva da Câmara Municipal de Pato Bragado, eleita e empossada para o período de 2003, ficando assim constituída: Arnildo Rieger (presidente); Gilberto Maehler (vice-presidente); Luiz Rosinski (1º secretário); Alberto Mareco (2º secretário).

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos demais integrantes daquele Poder Legislativo, como segue: vereadores Antonio Wastowski, Delcio Kunzler, Holdi Rômer, João Specht e Laercio Kirsten, no endereço que segue: Câmara Municipal de Pato Bragado, Av. Willy Barth, 2889 - Centro - CEP 85.948-000 Pato Bragado-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 301

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Adamop - Asso-

ciação das Primeiras Damas do Oeste do Paraná, pela posse da nova presidente, vereadora Irani Terezinha Giehl, que ocorreu em 21 de fevereiro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a vereadora no seguinte endereço: Rua Pernambuco, 1936-CEP 85.806-021 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Cooperativa Agroindustrial Lar, do município de Medianeira.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a Irineo da Costa Rodrigues (diretor-presidente) Luiz Hoflinger (diretor vice-presidente); Lauro Soethe (diretor secretário) no endereço que segue: Av. Brasília, 1220-Caixa Postal 080- CEP 85.884-000 - Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Mesa Executiva da Câmara Municipal de Cafelândia, eleita para dirigir os trabalhos daquele Poder Legislativo para o biênio 2003/2004, composta por vereador Alberto Pianessa (presidente) vereadora Maria Tereza Ferreira Mezzomo (vice-presidente); vereador Geneci Correia de Oliveira (1º secretário); vereadora Terezinha de Carvalho Leal (2ª secretária).

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos demais integrantes daquele Poder Legislativo, no seguinte endereço: Rua Pe. Luiz Luise, 197, 1º andar. CEP 85.415-000 Cafelândia- PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao prefeito de Arapongas, Sr. José A. Bisca, presidente da Associação dos municípios do Médio Parapanema- Amepar.

A presente homenagem deve-se pela importância da referida associação, a qual congrega vinte e dois municípios da região de Londrina. O que nos leva também a apresentar tal matéria é a dedicação com que o prefeito

José A. Bisca já atuou frente a Amepar, e agora após reconhecimento dos sócios, no último dia 07 de Março assumiu novo mandato frente a entidade.

Requer, também envio de correspondência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor a S. Excia. Reverendíssima Arcebispo D. Albano Cavallin, Arcebispo de Londrina.

A presente homenagem deve-se pelas inúmeras ações em prol da coletividade que o Arcebispo D. Albano Cavallin vem realizando em Londrina e região, inclusive sendo reconhecido no último dia 14 de março com um título de Cidadão Honorário da cidade.

Requer, também envio de correspondência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 289

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Meritíssimo Senhor Doutor Juiz Alvaro Rodrigues, juiz substituto da 5ª Vara Criminal de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelas ações que o juiz Álvaro Rodrigues Júnior, está efetuando frente o caso dos combustíveis especialmente a prisão dos dois empresários acusados de comandar o cartel de combustíveis em Londrina.

Requer, também envio de correspondência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Meritíssimo Senhor Doutor Juiz Otto Sponholz, digníssimo presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

A presente homenagem deve-se pelas ações que o juiz Otto Sponholz está efetuando frente ao Tribunal de Justiça, especialmente pela implantação dos ônibus de Juizado Especial em bairros periféricos de Curitiba.

Requer, também envio de correspondência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização ao Arcebispo Dom Albano Bortoletto Cavallin, por receber o Título de Cidadão Honorário de Londrina, sendo um reconhecimento do trabalho pastoral e espiritual, desenvolvido em favor da comunidade londrinense.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Cúria Metropolitana de Londrina- Rua Dom Bosco, 145 - Jardim Dom Bosco - CEP 86.060-340 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização ao londrinense Emílio Rodrigues -Zagaia, pela participação no programa Big Brother Brasil, onde representou a cidade de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao Emílio Rodrigues - Rua Giوناتo Cordeiro, 94 - Chácara São Miguel - CEP 86.045-020 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao Grupo de Pesquisadores de Sementes da Embrapa/Soja, por receber o prêmio da Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região, na categoria Pesquisa, desenvolvendo um sistema que permite a qualificação da produção da soja.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Embrapa - Rodovia Carlos João Strass - Acesso Orlando Amaral - Distrito Warta - CEP: 86.0001-970 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização à Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina- Adetec, pela realização do IV Forum Tecnológico de Londrina, no qual serão entregues os prêmios Destaque Tecnológico à empresas e entidades que tenham realizado trabalhos de

relevância, incentivando assim o desenvolvimento tecnológico em nosso Estado.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Adetec - Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região, Av. Santos Dumont, 505, cj. 204 - 2º andar - Aeroporto - CEP 86.039-090 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização à Cooperativa Agropecuária de Rolândia - Corol, por receber o prêmio da Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região, na categoria empresa, no ano em que comemora 40 anos de atuação, tornando-se cada vez mais referência no setor agrícola.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Corol - Av. Ailton Rodrigues Alves. 698 - Centro CEP 86.600-000, Rolândia-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização à Fundação de ensino Tecnológico de Londrina- Funtel, pelo prêmio Incentivo, recebido pela Adetec - Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina, por seus 34 anos de atividades, oferecendo qualificação profissional por meio do Instituto Politécnico de Londrina.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Funtel- Rua Alagoas, 2001- Centro - CEP 86.020-430 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização ao Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina, por receber o prêmio da Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região, pelas inovações que vem realizando nas metodologias de ensino superior na área da saúde.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Universidade Estadual de Londrina - Centro de Ciências da Saúde - Campus Universi-

tário - Rodovia Celso Garcia Cid s/nº - CEP 86.051-990 Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 282

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado correspondência ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando, em caráter de urgência, o calçamento do trecho entre o trevo do distrito de Tronco até a Igreja de São Sebastião, na PR-151, que liga o município de Castro ao município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

As obras de calçamento deste trecho já haviam sido autorizadas na gestão anterior do governador Roberto Requião, porém, por razões ignoradas, a Prefeitura Municipal de Castro devolveu os valores liberados à Secretaria dos Transportes e não executou as obras necessárias.

REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor diretor presidente da Sanepar, Caio Brandão, solicitando urgentes melhorias no sistema de abastecimento de água nos distritos de Tronco e Abapã, município de Castro; e Guaragi e Uvaia, município de Ponta Grossa, tendo em vista a precariedade tanto do abastecimento quanto da qualidade da água fornecida à população das citadas localidades.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando, em caráter de urgência, operação "Tapa Buracos" na PR-438, no trecho que liga o município de Ponta Grossa ao município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao meritíssimo

senhor doutor juiz Otto Sponholz, digníssimo presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, para que o mesmo amplie para Londrina o serviço dos ônibus de Juizado Especial Itinerante.

O senhor doutor juiz Otto Sponholz, implantou o serviço dos ônibus de Juizado Especial Itinerante em bairros periféricos de Curitiba. Tal ação em muito favorecerá a coletividade da Capital. O que solicitamos é que o mesmo serviço seja ampliado e implantado em Londrina, segunda cidade do Estado e que em muito necessita de ações deste nível.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao presidente da Serlopar, senhor doutor Elizeu Auth, para que o mesmo nos esclareça a diferença entre Bingo e Tribingo.

Sabedores de que a Lei do Bingo é uma medida provisória do Governo Federal e que o Tribingo é uma resolução da Secretaria Estadual do Governo, solicitamos através do presente requerimento maiores esclarecimentos quanto o conflito de competência entre as duas leis em gênero.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao ministro da Justiça, para que seja implantado na Região de Londrina uma Delegacia ou posto da Polícia Rodoviária Federal.

O presente requerimento deve-se pela distância, cerca de 400 km, a que estão localizados os postos mais próximos do município de Londrina. Nos preocupa também a circunstância a que está envolvida a região, pois é considerada rota do tráfico internacional de drogas e de contrabando, contribuindo para o aumento da criminalidade. Justifica ainda o nosso requerimento o fato de que Londrina conta com dezenas de agências de turismo que diariamente necessitam do atendimento da Delegacia da Polícia Federal Rodoviária e são obrigadas a se deslocar a grandes distâncias, o que dificulta e encarece os seus serviços.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao ilustríssimo

senhor delegado geral da Polícia Civil do Paraná, Dr. Adauto Abreu de Oliveira, solicitando a criação e instalação da 21ª Subdivisão Policial de Medianeira da Polícia Civil.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Conselho Comunitário de Segurança de Medianeira, através dos senhores: Cristiano Horn e Luiz Carrer, presidente e secretário, respectivamente, através do endereço: Conselho Comunitário de Segurança de Medianeira - Av. José Calegari, 700 - sala 8 - Caixa Postal 114 - CEP 85.884-000 - Medianeira / PR.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Considerando o porte do município de Medianeira com cerca de 40 mil habitantes e pela sua localização entre vários outros municípios, cuja população soma em torno de 250 mil pessoas, justificamos o nosso pedido para considerar a possibilidade de criação e instalação da 21ª Subdivisão Policial de Medianeira, da Polícia Civil. Dessa forma, também irá desafogar as subdivisões de Foz do Iguaçu e Cascavel.

REQUERIMENTO Nº 304

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao senhor diretor-presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - Comec, solicitando que sejam implementadas ações no sentido de viabilizar o Projeto de Transposição da Avenida das Torres e Avenida Rui Barbosa no município de São José dos Pinhais.

A obra de transposição da Avenida das Torres e Rui Barbosa no município de São José dos Pinhais é parte integrante do Programa de Integração dos Transportes na Região Metropolitana de Curitiba (PIT).

Seu orçamento aproximado é de R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), já assegurados junto ao referido programa. Salientamos que esta obra é reivindicação antiga da comunidade daquele município, a qual vem sofrendo com constantes engarrafamentos e com os acidentes fatais ocasionados pelo fluxo intenso no local.

O município de São José dos Pinhais, não tem pouado esforços para abrigar os projetos de desenvolvimento de nosso Estado, recebendo um número expressivo de indústrias que necessitem de infra-estrutura mínima para escoar sua produção, ficando evidente que a obra de transposição da Avenida das Torres e avenida Rui Barbosa deve ser tratada como prioridade dos trabalhos daquela entidade.

Os recursos serão distribuídos pelo governo do Estado e pelo município que arcarão com os seguintes valores:

Governo do Estado: R\$4.500.000,000

Município: R\$2.500.000.000

As provisões dos recursos estaduais foram asseguradas junto ao PIT, aprovado no final do ano de 2002 no importe de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) destinados à implementação da estruturação básica do transporte metropolitano.

Ainda, os recursos dos municípios estarão garantidos em orçamento próprio e destinados à desapropriação e obras complementares de ligação do sistema viário local.

O convênio de cooperação mútua já foi assinado pelo governador em exercício à época e pelo prefeito municipal, garantindo a execução da obra dentro dos parâmetros apresentados.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) RATINHO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente:

Os deputados estaduais que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM, seja oficiado a S. Exa. o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, para postular a destinação ao Estado do Paraná de uma das cinco vagas que se abrem no Supremo Tribunal Federal durante seu governo e, em mesmo ato, recomendar ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal o eminente procurador Luiz Henrique Bona Turra (OAB/PR 17427), bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, pós-graduado em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pós-graduado Master in Business Administration em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas, sobremodo em razão dos relevantes serviços por ele prestados ao Estado do Paraná como procurador do Estado do Paraná, aprovado e classificado em 1º lugar no Concurso Nacional de Provas e Títulos respectivo; procurador da Fazenda Nacional aprovado em Concurso Público Nacional de Provas e Títulos; Advogados da União aprovado em Concurso Público Nacional de Provas e Títulos; deputado estadual, advogado, jurista, conselheiro estadual de Educação, dirigente partidário, diretor-geral do Departamento de Obras do Estado, diretor-presidente da Coordenação da Região Metropolitana, assessor especial de Governo, assessor parlamentar, dirigente estudantil, presidente da União Paranaense dos Estudantes, parecerista, consultor jurídico, e, enfim, extensa qualificação jurídica, parlamentar, administrativa e política.

REQUER-SE, ainda, que do presente se providencie remessa de cópias às seguintes autoridades: senadores e deputados federais paranaenses; presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; presidente do Conselho Federal da OAB; ministro de Estado da Justiça; advogado-geral da União; ministro-chefe da Casa Civil; secretário-geral da Presidência da República; presidentes nacionais do PT, PC do B, PPS, PDT, PCB, PMDB, PSDB, PV, PL, PPB, PFL e demais partidos com repre-

sentação no Senado e na Câmara dos deputados; líderes dos Partidos e do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(aa) NATÁLIO STICA, PADRE PAULO CAMPOS, PEDRO IVO ILKIV, TADEU VENERI, DOUTOR LUCIANO, RENI PEREIRA, NEREU MOURA, DOBRANDINO DA SILVA, ANTONIO ANIBELLI, LUIZ CARLOS MARTINS, FRANCISCO BÜHRER, DELEGADO BRADOCK, RATINHO JÚNIOR, LUCIANA RAFAGNIN, ELTON CARLOS WELTER, MARCOS ISFER, ADEMIR BIER, ARLETE CARAMÊS, WALDIR LEITE, VANDERLEI IENSEN, RENATO GAÚCHO, GERALDO CARTÁRIO, BARBOSA NETO, JOCELITO CANTO, PASTOR EDSON PRACZYK, MAURO MORAES E LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO.

JUSTIFICATIVA:

Para o eminente e saudoso jurista paranaense de Plácido e Silva, deve existir na Federação “um laço de unidade entre as diversas coletividades federadas” e aos Estados federados cabe “a instituição de normas defensivas de seus interesses, embora limitados pelos princípios instituídos na lei constitucional, em que se funda o regime federativo”.

Dá materializar-se o Estado Federal, em nossa Constituição, na existência de governos estaduais e municipais, representação em tríades no Senado Federal, representação proporcional na Câmara dos deputados e composição das forças federadas nos postos do Executivo Federal.

Equilíbrio federativo que, por lógica jurídica e política, deve estender-se à composição dos Tribunais Superiores, em especial a do Supremo Tribunal Federal, já que, evidentemente, deliberaria do razoável enunciasse a Constituição e na praxis fossem adotados mecanismos de equilíbrio federativo no âmbito dos dois outros Poderes de Estado, o do Legislativo e do Executivo, e viesse de qualquer forma afastado de tal orientação federativa o Poder Judiciário.

Pois bem, é nesse contexto que se situa a justa campanha empreendida pelo Estado do Paraná, sob a liderança de sua Gazeta do Povo, da Ordem dos Advogados do Brasil e demais forças vivas locais, voltada a sensibilizar S. Exa. presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela convocação para as elevadas funções de ministro do STF, quando agora se abrem três vagas, de operador jurídico paranaense saído dos quadros locais da Advocacia Pública e Privada, da Magistratura Estadual e Federal ou do Ministério Público Federal e Estadual.

E avulta-se a justeza do reclame na medida em que se já se vão mais 100 anos desde quando, pela última vez, em fins do século XIX, alçado a ministro do STF O eminente jurista paranaense Ubaldino do Amaral, que, no

caso, foi a última representação própria com que contou o Estado do Paraná naquela excelsa Côrte, período em que, apenas a título exemplificativo, foram 38 os ministros do STF saídos de Minas Gerais, 22 os saídos de São Paulo e 15 os do Rio Grande do Sul.

Enfim, movimento democrático e popular que exerce o Estado do Paraná em defesa do equilíbrio federativo na distribuição de vagas no Supremo Tribunal Federal, e bem assim em defesa do espaço devido ao Estado no concerto da Federação.

E assim é que incumbe ao Estado do Paraná o dever de oferecer à elevada consideração e soberana decisão da Presidência da República seus talentos, circunstância em que, como figura representativa dos novos juristas e do Novo Direito, surge a indicação do procurador Luiz Henrique Bona Turra, que, por seus títulos e histórica dedicação ao Estado e ao País, extraordinária experiência jurídica, parlamentar, administrativa e política, reputação ilibada e notório saber jurídico, se credencia naturalmente às elevadas funções de ministro do Supremo Tribunal Federal, como se constata pela leitura de seu anexo currículo.

Justifica-se a recomendação, ainda, na medida em que representa e veicula o procurador Luiz Henrique Bona Turra uma nova concepção de Direito Constitucional.

Isso porque, inspirando-se em precedentes da Suprema Corte norte-americana (Carolene Products Co. v. USA, 1938, nota de rodapé nº 04, Juiz Harlan Fisk Stone) vem de anunciar que, se escolhido pelo presidente Lula, sustentará no Supremo Tribunal Federal a tese de inversão da presunção de constitucionalidade das normas quando, em tema de direitos fundamentais, na sede abstrata ou incidental de controle de constitucionalidade estiveram em causa os interesses de cidadãos pobres ou de pessoas e setores excluídos do processo político, social e econômico.

Tese que, no Brasil, vem sendo divulgada pelo eminente juiz federal Sérgio Fernando Moro em artigos e conferências e que, no entender do procurador Bona Turra, encontra abrigo no princípio constitucional da razoabilidade e em seus subprincípios da adequação, necessidade e proporcionalidade, constituindo assim o que denomina Direito Constitucional dos Pobres e Excluídos. Enfim, Direito Novíssimo em relação a velhas questões de nosso País a merecer a homenagem, a confiança e a esperança desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à Mesa na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, que preste as seguintes informações aos senhores deputados: em que estágio se encontra o processo de ins-

tituição do Quadro Próprio do Poder Legislativo, autorizado pela Lei nº 13950/2002.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual 13950/2002 autorizou a instituição do Quadro Próprio do Poder Legislativo.

Diversos servidores, inclusive aposentados, vêm nos procurando falando da importância da imediata implantação da proposta.

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ao Exmo Sr. secretário dos Transportes Waldyr Hortêncio Pugliesi a presente solicitação no sentido de que seja iniciado o mais breve possível uma operação de tapa buracos, no trecho da PR-170 que liga a Usina Bento Munhoz da Rocha (Foz do Areia) e a sede do município de Bituruna, haja vista que a rodovia em questão encontra-se intransitável em parte no referido trecho, principalmente nos últimos 10 quilômetros antes da usina.

Outrossim, solicita que a referida operação tapaburacos tenha seu início no sentido Usina município de Bituruna, tendo em vista que em outras oportunidades quando se executaram operações semelhantes estas iniciaram-se no sentido Bituruna-Foz do Areia e ocorria que os últimos 10 quilômetros da referida rodovia acabavam sendo esquecidos, não recebendo nenhuma recuperação, e que por tal razão hoje encontram-se intransitáveis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, de cascalhamento no trecho de estrada que liga o Distrito de Guará a Inácio Martins.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 314

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, de cascalhamento no trecho de estrada que liga Marquinho a Goioxim (PR 364).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, de recapeamento asfáltico ou em caráter emergencial, Operação Tapa Buraco, no trecho de estrada que liga Foz do Areia a Bituruna (PR 170).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, de recapeamento asfálticos ou em caráter emergencial, Operação Tapa Buraco, no trecho de estrada que liga Fênix a Jardim Alegre (PR 082).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, de retomada da obra no trecho de estrada Cândido de Abreu a Reserva (PR 487, PR 239 e PR 160).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, pedido, junto à Secretaria de Estado dos Transportes, de recapeamento asfálticos ou em caráter emergencial, Operação Tapa Buraco, no trecho de estrada que liga Nova Tebas a Pitanga (PR 487, PR 460 e PR 239).

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, informações à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano sobre a liberação do asfalto do Jardim Catuaí, São Jorge e Florada (distrito São Luiz), em Londrina, visto que a liberação deste asfalto é de fundamental importância para a qualidade de vida dos moradores destas regiões.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

Projetos de Lei Complementar:

Projeto de Lei Complementar nº 106/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Estado do Paraná manterá o Fundo Estadual de Saúde, criado na forma da Lei nº 10.703, de 10 de janeiro de 1994, destinando para as ações e serviços públicos de saúde o mínimo de 12% do seu orçamento anual.

Art. 2º - Para a base de cálculo visando a apuração dos valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços de saúde pública, estabelecida pelo artigo 1º desta lei, utiliza-se a seguinte somatória:

- I - total das receitas de impostos de natureza estadual;
- II - receitas de transferências recebidas da União;
- III - Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF;
- IV - outras receitas correntes.

Parágrafo Único - Desta somatória devem ser subtraídas as transferências financeiras constitucionais e legais dos Estados aos municípios.

Art. 3º - Consideram-se despesas com ações e serviços de saúde pública as relativas à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, abaixo designadas:

- I - assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- II - vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- III - vigilância sanitária;
- IV - vigilância nutricional, controle de deficiências nutricionais, orientação alimentar e a segurança alimentar promovida no âmbito do SUS;
- V - educação para a saúde;
- VI - saúde do trabalhador;
- VII - assistência farmacêutica;
- VIII - atenção à saúde dos povos indígenas;
- IX - capacitação de recursos humanos do SUS;
- X - pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, promovidos por entidades do SUS;

XI - produção, aquisição e distribuição de insumos setoriais específicos, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, e equipamentos;

XII - saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores, ações próprias de pequenas comunidades ou em nível domiciliar, ou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), e outras ações de saneamento a critério do Conselho Estadual de Saúde;

XIII - serviços de saúde penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;

XIV - atenção especial à saúde dos portadores de deficiência;

XV - ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde no âmbito do SUS e indispensáveis para a execução de ações indicadas nos itens anteriores.

Art. 4º - Em nenhuma hipótese poderão ser consideradas como despesas de ações e serviços de saúde pública os seguintes gastos:

- I - aposentadorias e pensões de pessoal inativo;
- II - assistência à saúde de clientelas fechadas;
- III - merenda escolar;
- IV - saneamento básico realizado por órgãos de administração indireta, com recursos provenientes de taxas ou tarifas;
- V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);
- VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente do Estado ou por entidades não governamentais;
- VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no artigo 3º e não promovidos pelos órgãos de Saúde do SUS.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A construção do Sistema Único de Saúde se deu e, ainda se dá, através de um amplo processo de mobilização da sociedade brasileira. Discentes e docentes das universidades brasileiras, entidades e trabalhadores e da saúde em particular, gestores das três esferas de governo e partidos políticos, estiveram nesta luta lado a lado. A ampla mobilização abrangeu todos os segmentos, porém é necessário ressaltar o importante papel de vanguarda dos partidos de esquerda na condução deste processo.

Fatos marcantes da construção do SUS como a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - o Cebes

- em 1976, passando pelos Encontros de Secretários Municipais de Saúde, na década de 70, em Campinas, Niterói, e Londrina, dos Simpósios da Câmara em 1979 e 1984, da realização da VIII Conferência Nacional de Saúde em 1985 até a Constituição Federal de 1988, é importante ressaltar, tiveram a participação decisiva das entidades e de personalidades brasileiras em geral e de paranaenses em particular.

A construção de um sistema de saúde incluyente, justo e democrático ocorreu, e ainda ocorre, no campo da política, da doutrina, dos aspectos jurídicos e legais, como também no campo do financiamento. Neste sentido devemos ressaltar a importância de Waldir Pires e Eduardo Jorge, respectivamente, na época, deputados federais do PMDB e do PT, pela ousadia, já em 1993, de propor, através de emenda à Constituição, a criação de mecanismos que pudessem financiar os sistemas de saúde brasileiro com recursos claros e precisos. Esta luta culminou com a Emenda Constitucional nº 29, aprovada em 13 de setembro de 2000. Teve o decisivo apoio de todos os partidos políticos, e da imensa maioria de deputados e senadores do Congresso Nacional. E façamos justiça, do apoio do então ministro da Saúde, José Serra. Mesmo que para isso tivesse que brigar com a equipe econômica do governo federal e com diversos governadores de Estado.

Com a criação de mecanismos claros de financiamento para o SUS, através da Emenda nº 29, tornou-se imperativo que Estados, Distrito Federal e municípios regulamentem em seus respectivos poderes as alterações ocorridas na Constituição Federal.

Os recursos alocados pelos Estados e pelo Distrito Federal deverão obedecer ao disposto pela Emenda Constitucional nº 29 no seu artigo 7º, que alterou o artigo 77 da Constituição Federal de 1988 com a seguinte redação:

“Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados, nas ações e serviços públicos serão equivalentes”.

Complementado com o inciso II, deste artigo, com a seguinte redação:

“No caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios.”

No parágrafo dos incisos I e II do artigo em questão, é explicitada a forma para que Estados e municípios alcancem gradativamente o patamar de 12 e 15%, respectivamente, indicado no texto com a seguinte redação:

“Os Estados, o Distrito Federal e os municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento”.

Tendo por base a legislação acima citada e a Resolução nº 316, de 4 de abril de 2002, do Conselho Nacio-

nal de Saúde, ficou estabelecido que no ano de 2000, os Estados e o Distrito Federal deveriam ter aplicado, no mínimo, 7% do seu orçamento em saúde; no ano de 2001, 8%; no ano de 2002, 9%; no ano de 2003, 10%; e no ano de 2004, 12%.

É importante ressaltar que a análise simplista dos orçamentos do Estado do Paraná nos anos 2000, 2001, 2002, e a previsão orçamentária para o ano de 2003 pode nos levar ao grave erro de acharmos que os recursos estão sendo aplicados no setor saúde de forma correta. Porém, a análise dos gastos reais através dos balanços anuais demonstram que os órgãos estaduais têm se utilizado de subterfúgios ao computar gastos que não são referentes às ações e serviços de saúde pública, como se o fossem. Os estudos realizados pelo Sistema de Informações de Orçamentos Públicos de Saúde - SIOPS - do Ministério da Saúde apresentam, através da análise dos balanços do Estado do Paraná e do expurgo de despesas indevidas tais como com o IPE, Hospital Militar, drenagem de aterro e poços, coleta de lixos, entre outros gastos de somente 2,40% para o ano de 2000 e 3,70% para o ano de 2001. Conforme se vê uma defasagem significativa em relação ao preceituado pela Constituição.

Reportagem publicada pelo jornal Correio Brasileiro de 22 de fevereiro deste ano, ao analisar o dispêndio de recursos dos orçamentos estaduais (dados do já citado SIOPS) demonstra que o nosso Estado ao aplicar somente 3,70% do seu orçamento, em 2001 - quando deveria ter aplicado no mínimo 8% -, foi classificado como o segundo pior referente à aplicação de recursos. Ficamos na frente somente do Estado do Maranhão, que gastou a ridícula soma de 1,76% com ações e serviços de saúde pública.

Estudo realizado, em junho de 2002, pelo Dr. Sílvio Fernandes da Silva, secretário da Saúde do município de Londrina e, na época, presidente do Conselho de secretários municipais de Saúde do Estado do Paraná, apresenta de forma inofismável que para os anos de 2000, 2001, 2002 e, na época previsão para o ano de 2003, não foram efetivados o estabelecido na Emenda Constitucional nº 29; na Resolução nº 316, de 4 de abril de 2002 do Conselho Nacional de Saúde, e na Portaria Ministerial nº 2047 de 5 de novembro de 2002. O aprofundamento dos dados, através da análise da apropriação dos gastos, realizado pelo trabalho citado, apresenta uma defasagem nos recursos que efetivamente deveriam ter sido aplicados da ordem de 279 milhões somente para o ano de 2002.

Desta forma, o projeto de lei complementar ora apresentado, pretende ratificar que os recursos advindos do orçamento do Estado para a saúde sejam calculados de forma correta e aplicados de maneira segura, obedecendo aos rigores da lei, e não considerando pura e simplesmente a boa ou má vontade do governante com a área da saúde. Obter um financiamento previsível e seguro por parte do orçamento é garantir aos paranaenses um sistema de saúde digno, justo e de boa qualidade.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, no termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná, áreas estas limítrofes, dando início à Região Metropolitana, a qual poderá ser estendida futuramente.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Cascavel terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-a de 07 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, sendo necessariamente, e no mínimo, 03 (três) deles indicados pelos municípios que compõem a Região Metropolitana, sendo que o município de Cascavel será considerado membro-nato.

§ 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Cascavel e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Cascavel;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São serviços comuns e de interesse coletivo dos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

II - saneamento básico, abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle ambiental;

VI - outros aprovados no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a remanejamento orçamentário destinado a atender o disposto desta lei.

Art. 7º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná formam, atualmente, uma região de desenvolvimento acelerado, com a evolução da região urbana e o surgimento de necessidades e problemas comuns.

Com uma população aproximada de mais de meio milhão de habitantes, e o grande desenvolvimento por que vem passando a região, é necessário buscarmos uma forma de integrar os municípios e assegurarmos o crescimento organizado dos municípios.

O planejamento moderno deverá ser sistemático e orgânico para que os resultados efetivamente tragam algum benefício à sociedade. Assim, uma das técnicas muito utilizadas em todo o mundo é o planejamento regional.

Dentro dessa perspectiva, os municípios de uma região determinada e com afinidades de natureza histórico-cultural e mesmo de espaço geográfico, passam a fazer parte de um projeto definido de desenvolvimento envolvendo todas as situações do indivíduo - cidadãos, bem como da comunidade como um todo.

No Brasil, a Constituição de 1988 procurou dar condições jurídicas para que os municípios pudessem se organizar, sem evidentemente perderem suas identidades e autonomia dentro do regime federativo próprio de nosso País.

Assim, o artigo 25, parágrafo 3º da CF delega aos Estados a criação através de Lei Complementar, de regiões metropolitanas. A Constituição Estadual, por seu turno, e no capítulo III, artigos 21-26, define a instituição e organização das regiões metropolitanas.

Os municípios indicados para participarem da Região Metropolitana de Cascavel têm uma vida econômica e social interligada por fatores os mais diversos, como a presença da universidade, a indústria, a forte tradição agropecuária, os serviços e o comércio, enfim todo um universo convergente que habita a constituição de uma região metropolitana destinada a melhorar, qualifi-

cando de forma planejada e duradoura, os eventos de vida e de desenvolvimento de cada um e de todos os municípios integrados.

Assim, além de necessidade patente, a criação da Região Metropolitana de Cascavel comunga com anseio da comunidade que exige, cada vez mais o atendimento de suas necessidades.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 107/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a denominar Inês Maria Duarte Kurpel, o trevo de acesso Chopinzinho - Coronel Vivida, na PR-281.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Com essa denominação, estaremos homenageando a senhora Maria Duarte Kurpel, pessoa pioneira no município de Chopinzinho há mais de 70 anos, casada com David Kurpel e mãe de 10 filhos.

Ao partir desta vida deixou exemplo de mãe, esposa e de dignidade para todas aquelas pessoas que tiveram o privilégio de conhecê-la.

PROJETO DE LEI Nº 108/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Rosário do Ivaí-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Com a declaração de Utilidade Pública, a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Rosário do Ivaí, poderá desenvolver atividades, atingindo objetivos de real importância para o seu aprimoramento como entidade, trazendo benefícios diretos aos produtores filiados.

Para a consecução de seus objetivos, a Associação deverá buscar recursos institucionais em todos os âmbitos, oficiais e particulares.

Serão promovidas atividades que tenham como objetivos a melhoria dos padrões de vida, saúde, educação, recreação e esporte, dos filiados da associação.

PROJETO DE LEI Nº 109/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pato Branco - APAC, com sede e foro na cidade de Pato Branco, neste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pato Branco, é uma entidade que dispõe de uma metodologia de valorização humana, de recuperação e evangelização, capaz de oferecer ao condenado condições de recuperar-se, promovendo a justiça e protegendo a sociedade.

Desta forma, com a declaração de Utilidade Pública Estadual, a APAC de Pato Branco, terá condições de pleitear recursos, com o objetivo de implementar as ações consignadas em seu estatuto social.

PROJETO DE LEI Nº 111/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação de veículo marca Kombi, placas AKH-4046, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X32PO12199, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Ortigueira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente; programa de combate às carências nutricionais - PCCN; programa de aleitamento materno; programa de amparo a gestantes e programa de amparo sócio-econômico.

É bom ressaltar que durante o ano em curso será implantado no município de Ortigueira, o programa de redistribuição de pão através da padaria recém-adquirida pela instituição que será beneficiada com a presente doação, já que o veículo acima caracterizado será utilizado na distribuição de pães.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmer-

ros benefícios que terá a comunidade do município de Ortigueira.

PROJETO DE LEI Nº 112/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação de veículo marca Kombi, placas AKH-3991, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X33PO00118, cor branca, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Farol.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Farol.

PROJETO DE LEI Nº 113/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação de veículo marca Kombi, placas AKH-4065, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X22PO12503, cor branca, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Jaguariaíva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Jaguariaíva.

PROJETO DE LEI Nº 114/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia Manoel Palma Cano, a estrada que liga o município de Alvorada

do Sul, ao município de Primeiro de Maio, reconhecida como PR-437, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2002

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o propósito de homenagear o pioneiro espanhol Manoel Palma Cano, denominando com seu nome a rodovia que liga o município de Alvorada do Sul a Primeiro de Maio (PR-437) compreendendo uma extensão de 29 quilômetros.

Manoel Palma Cano foi um dos fundadores de Alvorada do Sul e teve participação direta na história do desenvolvimento de nosso Estado.

Sua coragem mostra como é justo e dignificante aos cidadãos de Alvorada do Sul e de todo o Paraná, terem seu nome perpetuado nessa rodovia.

Pelas estradas desta região exerceu sua luta em prol do desenvolvimento agrícola do norte do Estado. Sabia da importância do asfalto, por isso nunca deixou de solicitar tal ação dos governantes, permitindo o escoamento da produção agrícola, bem como, eliminando o isolamento da região.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares, para a aprovação do referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 115/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Santa Bárbara, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Santa Bárbara, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva, entidade filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 14 de novembro de 2002, tem por objetivo congregar todos os moradores do Conjunto Santa Bárbara e Boa Vista, sem distinção de raça, sexo, religião, a fim de obter a elevação da qualidade de vida de todos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 116/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Espírita Casa da Prece, com sede e foro no município de Cambé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Espírita Casa da Prece, fundado em 19 de outubro de 1998, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, e está localizada no município de Cambé - Estado do Paraná.

Possui caráter religioso e assistencial, tendo por finalidade o estudo da difusão e prática da Doutrina Espírita, segundo princípios da codificação kardequiana e a prática da caridade cristã, inclusive através de obras de assistência humana. Dentro destes objetivos a Casa da Prece tem ainda como missão abrigar e assistir o idoso com solidariedade e amor, neste sentido pretende promover ações concretas de assistência ao idoso, dando a eles moradia e proporcionando a este idoso, atendimento de enfermagem e encaminhamento aos serviços de saúde e assegurando-lhe uma alimentação saudável.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

PROJETO DE LEI Nº 117/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a AMAST- Associação de Moradores e Amigos do Núcleo Santa Terezinha, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Núcleo Santa Terezinha- AMAST, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa-PR, é um órgão legítimo de representação da população residente no Conjunto Habitacional Santa Terezinha.

É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, com área de atuação limitada ao município, organizada exclusivamente para prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores e amigos do núcleo Santa Terezinha.

Desenvolve como atividades entre outras: identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores a fim de que estes adquiram condições de solucionar seus problemas comuns, objetivando sua autonomia e o bem-geral de toda a comunidade local; congregar todos os moradores da comunidade, sem distinção de raça, cor, sexo, etnia, religião, idioma, ideologia política, origem, situação

financeira ou qualquer outra diferença que ocorra na comunidade, atendendo aos anseios da comunidade num todo.

A entidade atua também como prestadora de assistência jurídica gratuita (judicial e extrajudicial) sendo que foram ajuizadas um número significativo de ações durante o ano de 2002.

Realizou campanhas de natal para doação de alimentos aos mais carentes, incentivo ao clube de mães e promoção de eventos culturais que integram amplamente todos os residentes do Conjunto Habitacional Santa Terezinha.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 118/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.2003

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados - ASSAIF, fundada em 08 de janeiro de 2001, sem fins lucrativos, tem por finalidade defender os interesses da classe dos adquirentes de imóveis financiados e possuidores de contratos bancários, visando melhorar as condições sociais, econômicas e assistenciais, buscando assim uma melhora na qualidade de vida de seus membros.

A documentação inclusa comprova que a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados- ASSAIF, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, contamos com a colaboração dos nobres pares desta Casa, para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhora e senhores deputado.

Nos últimos dias verificamos na imprensa nacional e na imprensa estadual, matérias referentes aos investimentos na área de saúde. Na saúde estadual do Brasil, a nível de todos os Estados, e também nas Secretarias municipais de parte do governo federal.

Lamentavelmente, verificamos o quanto o Estado do Paraná vem investindo na área da saúde, valores muito abaixo de outros Estados, sendo o segundo Estado que menos investe no setor de saúde, no Brasil. Chegando às cifras em torno de 3,7% do seu orçamento investido na área da saúde.

Uma história que vem ao longo dos anos, com os baixos investimentos estaduais, nesse setor. Também, junto com essas matérias nota-se, claramente, os subterfúgios que o Estado do Paraná utiliza para declarar as suas despesas na área da saúde.

A área da saúde vem discutindo há vários anos, há mais de 10 anos, o funcionamento desse setor. Colocando como uma das bandeiras principais na área da saúde a questão do investimento.

Desde 1992, junto com o Valdir Pires e Eduardo Jorge, diversos outros deputados, vêm lutando pela ampliação na área da saúde, chegando com o apoio do Conselho Nacional dos Secretários Municipais da Saúde, com o apoio de diversas lideranças políticas, de setembro de 2000, aprovarem a emenda 29, que define recursos vinculados para o setor da área da saúde. Colocando como investimentos mínimos, por parte do Estado 12% da Receita Líquida Corrente, 15% por parte dos municípios.

Os municípios ao longo da história vem fazendo esse tipo de investimento, por isso, que nos conseguimos obter excelentes indicadores de saúde aqui, no Estado do Paraná, a custo dos investimentos municipais.

Essa luta que vem no decorrer dos anos, não pode simplesmente parar. Nós estamos propondo hoje, um projeto de lei complementar que regulamenta claramente, o que é despesa elegível na área da saúde e o que não é despesa elegível na área da saúde. Podendo com isso termos os recursos suficientes para investir na área da saúde.

Somente esse ano, em 2003, o setor de saúde do Estado do Paraná vai perder 290 milhões de reais, em investimento no setor. Por conta que, no orçamento do Estado do Paraná se coloca como despesa elegível, na área da saúde o plano dos funcionários públicos estaduais, que são mais de 60 milhões e se coloca quase 230 milhões da área de saneamento, como despesa elegível.

Ora, nós sabemos muito bem que o saneamento faz bem para a saúde, como faz bem para a saúde a alimentação, o emprego, rodovias bem pavimentadas, etc. Mas, despesa elegível na área da saúde são as despesas referentes à promoção, prevenção e assistência na área da saúde, investimentos em hospitais, em obras.

Por isso, que nós temos hoje, a nível dos municípios uma grande dificuldade de investimento nas áreas prioritárias de onde o Estado não participa, que é o caso da dengue.

A dengue se espalha no Estado e o investimento prioritário, quem o faz são os municípios, com suas equipes de visitação, com seus agentes, mas sem nenhum recurso novo por parte do Estado.

A programação da família é um dos problemas prioritários em qualquer governo. Hoje, praticamente 30% do investimento do "Saúde da Família" é feito pelo Governo Federal e 70% pelos municipais. Programa de agente comunitário de saúde 50% dos investimentos é feito pelos municípios e 50% pelo Governo Federal, sem nenhum recurso por parte dos Estados.

Este projeto de lei complementar que apresentamos hoje é muito importante a sua aprovação, o apoio por diversos partidos, para que se possa definir claramente o que é recurso para a saúde, o que é despesa para a saúde.

Espero, junto com o apoio que já temos de todos os secretários municipais de saúde, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, com certeza com o apoio dos prefeitos e desta Casa, dos deputados que sempre defenderam a luta em defesa do movimento sanitário, a luta pela defesa do SUS, que consigamos aprovar esta lei. Para que, no ano que vem, tenhamos os 12% destinados para a saúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natário Stica**)

Segundo orador inscrito, deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Gostaria de relatar nesta Sessão o encontro que fizemos ontem aqui em Curitiba - Encontro Estadual de Mulheres. Reunimos aproximadamente 500 mulheres do Estado do Paraná. Companheiras bastante representativas, diversos organismos, partidos políticos, entidades não-governamentais.

Foi um grande e importante encontro com a presença da ministra Emília Fernandes, Dra. Clair, prefeitas, vereadoras, vice-prefeitas. Foi devidamente justificada a presença da deputada Luciana Rafagnin que estava no interior. Consideramos este um dos mais importantes encontros que fizemos aqui no Estado do Paraná. Não só pela representatividade, mas também pelos temas ali discutidos e apontados, no ponto de vista que as mulheres do Paraná e brasileiras não mais querem ficar discutindo apenas a questão filosófica do movimento, tão pouco o diagnóstico com relação a condição feminina. Queremos avançar substancialmente na cobrança sistemática e incansável de políticas públicas. Seja a nível de Governo do Estado, Municipal ou Federal. Nós mulheres só vamos de fato mudar a nossa situação quando os poderes constituídos entenderem que, mais que abrir espaços para conselhos, ou para criação de secretarias, forem incluídas nas políticas públicas o recorte de gênero. A ministra trouxe essa preocupação.

Outra questão importante é que entramos com a moção de apoio a solicitação da ministra Emília Fernandes, para que aqui no Brasil seja realizado o 6º Congresso Mundial das Mulheres. Estamos entendendo que poderá ser no Paraná, considerando as estruturas necessárias para esse grande encontro. Em Beiji reunimos 40 mil mulheres do mundo inteiro e aqui no Brasil queremos reunir um número maior ainda para discutir a questão da paz, da solidariedade, do desenvolvimento, das questões todas que movam a questão da cidadania, direitos humanos em todo o planeta.

Gostaria de pedir o apoio de toda a Assembléia Legislativa para que esse encontro mundial fosse de fato realizado no Brasil, vai depender da ONU, mais especificamente em nosso Estado do Paraná. Seria um grande momento da vida política nacional, principalmente da participação política das mulheres do Paraná.

Outra questão discutida lá foi a criação, solicitada por algumas companheiras, da implantação de uma Secretaria Estadual da Mulher, mas entendemos que de nada adianta uma implantação de uma Secretaria Estadual da Mulher, se não tiver políticas públicas nas demais secretarias voltadas para a questão de gênero. A criação pura e simplesmente de mais uma Secretaria, sem que de fato tivéssemos recursos humanos, estruturas necessárias e toda a complexidade que envolve uma Secretaria, seria “chover no molhado”. Portanto, é uma discussão que está na pauta, mas que colocar simplesmente isso no documento final não resolveria a questão.

Percebemos pelas falas dos secretários que ainda é preciso muita intervenção de nossa parte para que as políticas públicas sejam pensadas por essa ótica.

Quero deixar consignado na Casa, também, a nossa preocupação com a questão da dengue na cidade de Londrina, que não é mais uma epidemia, é uma pandemia, é uma questão gravíssima, seriíssima, com consequências drásticas se não interferirmos.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir.

A SRA. ELZA CORREIA

Dr. Luciano, o senhor que é da área médica, rapidamente, precisamos de uma intervenção maciça, uma intervenção consistente e urgente, porque senão teremos um número de mortos muito grande na cidade de Londrina, aliás, já colocado isso publicamente pelo próprio secretário de Saúde, que, finalmente, resolve colocar publicamente o perigo e a situação gravíssima que estamos vivendo na cidade de Londrina.

Então, queria deixar consignado, aqui, que esses esforços são necessários, porque é em Londrina, outras cidades do interior e pode chegar por aqui também. Então, é um problema que aflige a nós todos, ao Paraná como um todo e nós temos que ter os olhos voltados, neste momento, com esforços concentrados, para tentar minimizar o problema de Londrina em relação à questão da dengue.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o senhor deputado Barbosa Neto.

Concedo-lhe cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Estou encaminhando para aprovação desta Casa, um pedido de informações junto ao Serlopar - Serviço de Loterias do Estado do Paraná, porque confesso que até agora não consegui entender qual a diferença entre o que é bingo e o que é tribingo.

As senhoras e os senhores bem sabem que a Lei Federal que está aqui em minhas mãos, nº 9981, de agosto do ano de 2000, revogou os dispositivos da Lei Pelé; Lei nº 9615/98, também aqui em minhas mãos, que regulamentava o funcionamento dos bingos no Brasil. Pela nova decisão os bingos só poderiam funcionar até dezembro do ano passado, com autorização e fiscalização da Caixa Econômica Federal. No entanto, em 19 de agosto do ano passado, o Governo anterior, através da Resolução nº 27, assinada pelo então secretário de Governo do Paraná, estabelece competência do Estado sobre a implantação desses chamados tribingos.

Essa Resolução nº 27 é bem clara e eu não vejo aqui nenhuma diferenciação entre os bingos e os tribingos. Portanto, fica evidenciada uma manobra suspeita do Governo anterior em burlar o que estabelece a Medida Provisória 2216/37, de 31 de agosto de 2001, assinada pelo presidente da República, já que não é competência do Estado, mas sim do Governo Federal a regulamentação e a fiscalização dos bingos em nosso País.

Só para as senhoras e senhores terem uma idéia, esse é mais um dos atos do Governo passado sob suspensão, pois, nitidamente, visam proteger os grupos que exploram os serviços de bingos no Estado do Paraná.

O apelo que eu faço é, justamente, ao governador Roberto Requião, porque quando candidato ele tinha como uma das promessas de campanha acabar definitivamente com os bingos que operavam em nosso Estado.

E o Estado do Paraná é um dos poucos da nossa Federação que ainda permite o funcionamento dos bingos, inclusive estou aqui com um estudo que dissecou os bingos do Brasil. E ao contrário, deputado Bradock, do que muita gente possa pensar, essa atividade prejudica sobremaneira a nossa população, principalmente mulheres e aposentados que se tornam presa fácil aos encantos dessas casas de jogo.

Tenho a reportagem, publicada no site Paraná online, que diz que a compulsividade por jogos, assim como por álcool, sexo ou comida, não escolhe idade, classe social ou sexo. Segundo a voluntária Rosane Pereira que coordena o grupo dos jogadores anônimos em Curitiba, adolescentes e idosos freqüentam esses grupos que visam tratar essa patologia que é o bingo. A pessoa só descobre e aceita a doença quando chega no fundo do poço, quando perdeu a família, bens materiais, trabalho e muito dinheiro, explica a Sra. Rosane Pereira, que é amiga de um compulsivo anônimo que chegou a perder mais de um milhão de reais nessas casas de jogo.

Outra reportagem da revista IstoÉ Dinheiro diz aqui: “é praticamente impossível entrar numa casa de bingo sem se deixar levar pela atmosfera de cores, sons, luzes e prêmios. Na decoração tudo remete aos famosos

cassinos de Las Vegas. Os grandes salões aonde são jogadas as cartelas oferecem drinks e petiscos para segurar o máximo o freguês em apostas que vão de um a três reais, dependendo da casa, logo se vai uma noite. E assim, usando todos os artifícios.”

Senhor presidente, gostaria de usar o tempo da Liderança do PDT.

(Assentimento)

E assim, usando todos os artifícios para seduzir os jogadores, os bingos criaram uma indústria poderosa no Brasil que movimenta por ano, três bilhões e quinhentos milhões de reais. Aliás, só no ano passado o Serlopar arrecadou cento e setenta e dois milhões e oitocentos mil reais, com todos os seis jogos que estão funcionando no Paraná e boa parte dessa fabulosa quantia, que vem justamente dos famosos tribingos, pode-se até argumentar aqueles que defendem essa atividade, que 80% dos recursos arrecadados foram aplicados em obras de ação social por parte do governo.

Pode-se também argumentar que os bingos chegam a gerar 5000 empregos diretos em nosso Estado, mas ao meu ver esses são sofismas, pois os malefícios causados por essa atividade, são muito mais graves do que qualquer benefício aferido com esse dinheiro sujo.

A pergunta que faço é justamente essa: nós queremos arrecadar em cima da desgraça do nosso povo? Queremos tributar o consumo de drogas? Queremos tributar o jogo do bicho e outros ilícitos?

Não! É claro que não!

Tenho aqui o resultado de uma pesquisa feita pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo que diz que o ambulatório do jogo patológico do Hospital de Clínicas, que é o primeiro do gênero no País, acaba de divulgar os resultados iniciais do seu trabalho voltado para a pesquisa e tratamento de jogadores patológicos, ou seja: viciados em bingos, loterias, pôquer, corrida de cavalo, cassinos e outras formas de jogos de azar que envolvem apostas em dinheiro. Através desse estudo, que levou uma tese de doutorado sobre a relação do jogo patológico com o chamado transtorno obsessivo, compulsivo, que é o “toc”, diversas e surpreendentes constatações surgiram, abrindo inclusive caminhos para o movimento de novas pesquisas.

Chamo a atenção, senhoras e senhores deputados, pela seriedade do tema que levanto nesta tarde! Este trabalho foi baseado na investigação da semelhança de sintomas entre o jogo patológico e o transtorno obsessivo, compulsivo, envolvendo cerca de cento e vinte pessoas na faixa etária de quarenta anos de idade.

E mais ainda! Outro dado alarmante está nesta outra reportagem aqui. Segundo uma psicóloga, a dona Maria Paula Magalhães, que é responsável pelo laboratório do jogo patológico da Universidade Federal de São Paulo, um dos problemas do bingo é justamente esse aspecto inofensivo, associado ao “evento familiar”. E o desespero causado pelo vício pode levar a consequências ainda mais graves: há casos de jogadores que depois de

tentar parar inúmeras vezes sem sucesso, vêm o suicídio como única saída.

Por isso, gostaria de finalizar, nem querendo mencionar aqui que essas casas de jogos funcionam, muitas vezes, como lavagem de dinheiro e como agiotagem mascarada, porque muitos incautos, alguns até abastados, chegam ao ponto de assinar promissórias e deixar cheques pré-datados que depois são executados e esses bingos ou tri bingos levam os bens dessas pessoas humildes, principalmente mulheres idosas na busca da inserção social e até mesmo na busca de auferir tipo de lucro, acabam prejudicando as suas vidas. Finalizo, então, conclamando o Governo do Estado a cumprir uma promessa de campanha. E mesmo que a imprensa não repercuta, mesmo que o governador faça “ouvidos moucos” para o meu pronunciamento, quero que fique consignado nos anais desta Casa que este deputado não comunga, humildemente digo isso aqui, com esse pensamento, com o funcionamento desses bingos ou tri bingos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto, com a palavra por cinco minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente e senhores deputados.

O governador Requião disse aqui, nesta Casa, que nós deveríamos levantar os problemas e trazê-los a esta Casa para que os mesmos não se tornem erros do governo. E o Doutor Luciano Ducci levantou um tema espetacular nesta Casa, mas lamentavelmente poucas pessoas prestaram atenção quando se falou sobre a Saúde, que esse sem dúvida nenhuma, é o grande problema do Estado do Paraná hoje senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

A imprensa do Paraná registrou, na semana que passou, que o Estado investe menos do que devia em saúde e que o novo governo já adianta que não conseguirá cumprir os percentuais exigidos. É sobre esse tema que quero falar hoje. Nós, que fomos eleitos pelo povo, temos que trabalhar principalmente a questão da saúde, porque estamos vendo nos grandes centros e quem convive com a população diariamente tem visto as dificuldades que o povo tem passado. É a falta de UTI, é falta de leito, é falta de atendimento, é Siate quebrado, como por exemplo em Ponta Grossa, onde as UTI's móveis do Siate estão quebradas e não foram trocadas ainda e esse é um dos melhores equipamentos construídos nos últimos anos na saúde do Paraná; E isso precisa ser consertado correndo, porque a vida não espera o amanhã. Vida é hoje. Amanhã não dá para esperar.

E o projeto de lei complementar, apresentado pelo Doutor Luciano, com toda a sua experiência na área da saúde, é de fundamental importância para este Paraná, porque ele vai definir o que é gasto com saúde. Não podemos mais permitir que verbas da saúde sejam maquiadas

como foram no passado e que, a princípio, não devem ser maquiadas neste governo.

Quero apresentar aqui, aproveitando as palavras do Doutor Luciano, um estudo feito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, a pedido da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, em que se levantou a situação, por exemplo, das UTI's dos Campos Gerais. Se Maringá, que é uma cidade que nós sempre comparamos com Ponta Grossa pelo número de habitantes, tem sessenta leitos de UTI's e o Doutor Luciano me dizia que ainda faltam leitos e que certamente as pessoas daquela região também sentem essa necessidade, podem ter a certeza que nós da região dos Campos Gerais, senhor presidente, fomos marginalizados, estamos marginalizados, Ponta Grossa tem dezoito leitos de UTI's para uma população de quase 800 mil pessoas. Isso é um vergonha o que estamos vivendo hoje nos Campos Gerais. É por isso que morre gente toda semana. É por isso que as pessoas nos ligam toda semana. É por isso que as pessoas nos ligam todo dia nos cobrando uma ambulância e nós não temos como atender, porque temos que trazer pessoas de Ponta Grossa para Curitiba e de Ponta Grossa até Guarapuava. Uma cidade, uma região com quase oitocentos mil habitantes ter dezoito leitos é uma vergonha para a saúde deste Estado. E o que nos preocupa é que o Estado, neste atual governo, não vai cumprir o que determina essa Emenda, que é 10% pelo menos de aplicação na saúde.

Por isso, eu quero fazer um apelo aqui ao nosso governador, governador eleito pelo povo mais simples, senhor presidente, quem precisa de saúde são os mais pobres. As pessoas da classe média e os mais ricos têm os seus planos de saúde, as pessoas mais humildes não têm onde conseguir uma UTI e muito menos uma internação. Por isso, eu queria pedir ao nosso governador, que foi eleito pelos mais humildes, de acordo com o que disse nesta Casa, que as falhas devem ser apontadas, aqui estamos apontando uma falha.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Concedo-lhe mais um minuto para V. Exa. concluir o seu raciocínio.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de solicitar o tempo do PTB, se o nosso deputado líder autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a autorização do líder é concedido cinco minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Então, senhor presidente, senhores deputados, o que nós queremos é que a saúde, vou chamar mais uma vez a atenção dos senhores deputados, saúde neste Paraná tem que ser levada a sério. Já que foi esquecida no passado, nós precisamos levar a saúde a sério neste governo, que é um governo preferencialmente dos pobres.

Concedo uma aparte ao deputado Fernando Ribas Carli

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Jocelito Canto, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Realmente o deputado Jocelito Canto é muito feliz quando traz um assunto de vital importância para todos nós, que é a questão da saúde. Levanta muito bem a questão dos leitos existentes nas diversas e nas principais cidades do Estado, os chamados leitos de UTI, nas unidades de terapia intensiva. Concordo plenamente com o deputado Jocelito Canto, não podemos mais admitir que os nossos municípios, principalmente os municípios que são pólos regionais e que oferecem serviços de saúde não só à população do seu município, como também aqueles que são polarizados por eles, tenham tão poucos recursos transformados em leitos hospitalares ou mesmo em exames complementares nos serviços auxiliares de diagnósticos.

Só eu queria aqui, nobre deputado, pedir a esta Casa para que nós façamos um trabalho em conjunto. Quero deixar muito claro, todos sabem, não faço parte da base de apoio do governador Requião e por conseguinte não estou na base que empresta apoio à atual administração. Só que as coisas têm que ficar muito claras e muito limpas. Sabemos da existência do Orçamento do Estado. Sabemos que no período da elaboração do Orçamento a Comissão ficou à disposição do governo do Estado, da administração que iria assumir o governo para as alterações que fossem necessárias em todas as rubricas do Orçamento, mas sabemos das dificuldades que tem o Estado em recursos para aportar mais na saúde ou mais nos transportes, sabemos que o Orçamento é bastante enxuto e o que é principal, senhores deputados, é que os recursos são oriundos do Sistema Único de Saúde, são recursos do governo federal. Temos sim é que aumentar a cota do Estado do Paraná lá no Ministério da Saúde junto ao SUS. Acreditamos na boa vontade, acreditamos que o governador Requião queira investir em saúde, mas por que nós aqui do Paraná deveremos investir mais recursos nossos, do Estado, quando poderemos solicitar esses recursos que são do governo federal?

Então, temos que fazer um trabalho no sentido de dotar a Secretaria da Saúde com recursos que venham do Ministério da Saúde, mais precisamente recursos que são passados diretamente aos municípios, tendo em vista que a saúde em todo o Estado está municipalizada, e quem faz o gerenciamento da saúde são os prefeitos nas suas cidades.

Então, temos que desenvolver um trabalho no sentido de trazer mais recursos do governo. A minha cidade, por exemplo, deputado Jocelito Canto, Guarapuava, estamos lá há tempo pedindo recursos para que possamos instalar uma unidade cardiológica, para que possamos fazer cirurgias cardíacas lá em Guarapuava, da mesma forma os serviços que tratam as pessoas portadoras de

câncer, por exemplo. Hoje não podem ser atendidas com cirurgias porque o serviço não é credenciado por falta de recursos, porque o governo do Estado do Paraná recebe do SUS um valor e aquele valor já está determinado para cada cidade, para cada município, para cada serviço.

Por isso eu quero aqui cumprimentá-lo pela atitude em levantar uma situação muito importante para o nosso Estado e para que nós todos juntos, somados, possamos conseguir trazer mais recursos, mas recursos do governo federal que serão novos recursos, recursos de fora, vindos para dentro do Estado para trazer melhor qualidade de vida a todos os paranaenses.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento, nobre deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Fernando Ribas Carli, e o governo federal tem sua parcela de contribuição. É preciso investir mais no Paraná. Agora, o Estado também tem que fazer a sua parte, o Estado tem que investir mais na saúde porque a saúde é o principal problema do povo do Paraná hoje.

Senhor presidente, eu queria pedir mais uma vez, cumprimentar o Doutor Luciano por este projeto de lei complementar que eu acho que é fundamental e pedir ao nosso governador como medida que se possa urgentemente atender essas necessidades dos Campos Gerais, a construção de UTI's, urgente na nossa região para que não passemos mais vergonha com o nosso povo mais humilde e o nosso povo dos Campos Gerais.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, pedir à parte técnica aqui da Assembléia que troquem os microfones que são muito ruins, colocar uns bons, porque esse a gente fala e ninguém escuta. Pedir para dar uma arrumada nos microfones, que a gente que é radialista sofre com esse microfone aqui.

Fica este pedido e que o governador entenda como uma crítica construtiva o que estamos fazendo, porque ele próprio disse aqui, que os erros nós temos que apontar e lá todo dia nos Campos Gerais tem alguém sofrendo e nós e o governador Requião, que fez a sua campanha preferencialmente pelos mais pobres, aqui estão as pessoas mais humildes lhe pedindo apoio.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Valdir Leite, por cinco minutos.

O SR. VALDIR LEITE

Senhor presidente, senhores deputados.

É com muito prazer, na verdade, que eu uso esta tribuna para levantar alguns problemas da minha região, que é o litoral, da minha cidade, que é Paranaguá. Todos nós bem sabemos que o Paraná bate recorde na produção de grãos. Todos nós sabemos que o Porto de Paranaguá bate recorde no escoamento de grãos, mas poucos sabem

que esses recordes deixam grande prejuízo na cidade de Paranaguá. Poucas pessoas sabem que Paranaguá não bate recorde só no escoamento dessa produção, Paranaguá também bate recorde em quantidade e em tamanho de buracos nas vias de acesso ao porto. A população do litoral já não agüenta mais o descaso com que é tratada pelo governo, que esteve instalado nos últimos oito anos. E já vimos que o senhor governador Roberto Requião tem boa vontade em atender aquela região, procurando resolver os problemas. Ele juntamente com o superintendente do porto, Sr. Eduardo Requião, autorizou que fossem providenciados convênios, para uma ação emergencial na recuperação de algumas vias de acesso, ao Porto de Paranaguá. O que a gente não entende é que já foi assinado pelo governador Requião esse convênio e até agora não sei por que "cargas d'água" a Secretaria dos Transportes ainda não providenciou.

Para vocês terem uma idéia, na última semana, enquanto eu estava andando na cidade de Paranaguá com o superintendente do porto, Eduardo Requião, passamos por um buraco tão grande, que uma moça ficou no meio desse buraco - nós tivemos que sair para ajudá-la a tirar o seu carro, porque ela sozinha, de forma alguma conseguiria sair.

Quero fazer aqui, um apelo ao senhor governador, para que agilize esse tipo de ação. Porque daqui a pouco acaba a safra, a cidade vai estar em frangalhos e nada vai ser feito, pela malha viária da cidade, de novo. Quero apelar ao senhor governador, que conhece bem o problema, para que peça agilidade nesse convênio, para que a cidade não continue sofrendo.

Gostaria de falar também, nesta tarde, a respeito dos problemas tristes que vêm acontecendo no litoral: já vimos o prefeito de Guaratuba ser trocado; vimos a intervenção do município de Matinhos; e, agora, estamos prestes outra vez a ver uma intervenção no município de Pontal do Paraná. Quero que isso seja feito da maneira mais rápida possível. Porque não é possível ver municípios com tão pouca receita e arrecadação serem manuseados de forma ilícita, pelas pessoas que os dirigem. Quero fazer um apelo à Justiça, ao Tribunal de Contas, ao governo do Estado, para que tomem as providências de maneira mais emergencial possível, para que possamos colocar na administração nessas cidades do litoral, pessoas que realmente mereçam o respeito da população. E não essas pessoas que, hoje, a gente vê, aí, acusadas de todo tipo de corrupção, em todos os seus graus.

Portanto, senhora companheira presidente, gostaríamos de fazer esse apelo ao governo. E para dizer que soubemos que na última quinta-feira, foi realizada uma reunião com o governador do Estado, onde participaram todos os líderes de partidos, dentre os quais o PPS, que foi representado pelo nobre companheiro Marcos Isfer. Gostaria de pedir neste momento à Liderança do Governo, nesta Casa, para que sempre que tenha qualquer convite para fazer às lideranças dos partidos, que fossem feitas de maneira direta, sem intermediação de ninguém.

Não fiquei sabendo dessa reunião. Queria fazer um apelo à nossa Liderança do Governo, para que sempre que houvesse esse tipo de reunião, o convite fosse feito de forma direta, para que possamos exercer de fato a liderança que nos foi confiada. Apesar de saber que o nosso amigo Marcos Isfer bem representou o nosso partido.

Muito obrigado, senhora presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra ao deputado Natálio Stica, por cinco minutos.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu estava ouvindo atentamente o pronunciamento feito pelo deputado Jocelito Canto, quando fazia uma crítica construtiva à questão da saúde do nosso Estado. Estava imaginando que o discurso do deputado Jocelito era, certamente, direcionado ao governo anterior ainda, é claro! Mas não estou aqui, evidentemente, para fazer nenhuma defesa já que tem o líder do Governo que, se tiver interesse, assim o fará, mas não posso, por questão de lealdade, deixar de fazer aqui uma defesa do meu amigo particular, o secretário da Saúde, Dr. Cláudio Xavier. Acompanhei e estou acompanhando o Dr. Cláudio Xavier em vários municípios de nossa região metropolitana e até fora dela. Tenho recebido convites e não tenho podido acompanhá-lo porque os afazeres aqui não me permitem, mas gostaria de acompanhá-lo em todas as reuniões que tem feito em vários municípios.

Grande é o esforço que o secretário Dr. Cláudio Xavier tem feito neste início de trabalho como secretário estadual da Saúde! Não tenho dúvidas, a Saúde do Paraná, se doente estava a partir deste Governo, com o secretário Dr. Cláudio Xavier, já está tomando o remédio certo! Dr. Cláudio tem sido incansável nas saídas, discutindo, conversando, sabendo, *in loco*, os problemas que acontecem com a Saúde do nosso Estado.

Estivemos na cidade da Lapa, cidade da qual eu sou filho e lá pudemos perceber algumas aberrações. Temos dois hospitais na cidade que eu disse, brincando, que nós temos dois meios hospitais, porque nenhum funciona a contento. Já tenho uma proposta de criar um hospital regional diminuindo inclusive o que chamamos de depósito humano no hospital que era o antigo Sanatório São Sebastião. Lá, senhores deputados, temos cerca de 50 pacientes, alguns em fase terminal, ou pela tuberculose, ou com Aids e lá estão como se fosse apenas um local para dar continuidade aos poucos dias que lhes restam de vida. E para atender 50 pessoas cerca de 150, 180 funcionários! O que é um absurdo! Aquele quadro técnico pode perfeitamente e deve ser melhor aproveitado.

Estive na cidade de Paranaguá, do deputado Leite que aqui muito bem a representa onde estivemos fazendo uma visita ao terminal de caminhões que lá esperam para adentrar ao Porto. Lá pude perceber o grande interesse

que tem o secretário com a Saúde dos caminhoneiros que conforme suas palavras, transportam o PIB do Paraná e não são tratados com a dignidade com que devem ser, na Saúde, mas daqui para frente o serão.

Portanto não posso ouvir umas críticas quando vejo que tem um secretário com o valor que tem Dr. Cláudio Xavier, com a disposição que tem e com os poucos recursos que, ainda embasados nos poucos recursos votados aqui no ano passado, é o que ele vai ter que fazer durante este ano de 2003. Tenho certeza e repito que se a Saúde estava mal o remédio está sendo aplicado em doses corretas pelo novo e competente secretário da Saúde do Estado do Paraná.

Quero aproveitar, senhores deputados, este tempo que uso da tribuna, para dizer, com grande satisfação que retorno do Estado de Roraima, no norte do Brasil e de lá trago a notícia que no dia de amanhã, deputado Vanhoni, o governador Flamarion estará em Brasília fazendo a filiação ao Partido dos Trabalhadores. O governador de Roraima, engenheiro Flamarion, pessoa que tem, desde que assumiu o governo daquele Estado, uma capacidade ímpar no crescimento promissor atrasada em relação ao sul do nosso País. O governador Flamarion enfrenta neste momento grandes queimadas, que estão castigando o Estado de Roraima. Ainda nesta madrugada, quando me dirigia a Curitiba, lá chegava a ex-senadora e hoje ministra Marina da Silva para discutir o problema sério que assola o Norte do País, que são as queimadas.

Mas trago com grande satisfação então a partir de amanhã mais um governador filiando-se ao Partido dos Trabalhadores, aumentando portanto a sustentação ao presidente Lula, que com certeza estará administrando este País no caminho certo, mesmo ainda com um orçamento que não é o desejado pelos integrantes.

O Sr. Jocelito Canto

Deputado Stica, estava acompanhando o seu pronunciamento. E V. Exa. falou do orçamento, vimos, aqui, o deputado Carli falar a respeito do orçamento e deixou bem claro a esta Casa que quem fez o orçamento para esse ano de 2003 foi o atual governo. Segundo o deputado Carli, que era deputado na legislatura anterior, o orçamento foi colocado à disposição do atual governo. Mas existe um outro recurso que pode ser implementado. E não tenho dúvida de que o secretário Cláudio Xavier vai fazer com que o governador tome as providências no sentido de fazer um remanejamento, que é permitido, no orçamento para que tenhamos mais recursos, principalmente na saúde. Acredito que o novo secretário esteja embuído de boas vontades, esteja cheio de boas vontades, principalmente para atender o Paraná. E gostaria também que ele estivesse em Ponta Grossa para ver a situação. E gostaria de cumprimentar V. Exa, que tem esse trânsito lá na Secretaria da Saúde.

Estive com o secretário recentemente, onde marcamos uma reunião e marcamos uma data para o secretário estar em Ponta Grossa. e o secretário, depois de uma

medida política do prefeito de Ponta Grossa, desmarcou a data e marcou uma nova data exatamente para que o prefeito tivesse o direito dele dizer quando é que ele poderia ir a Ponta Grossa. Só lamento isso. Tenho certeza que isso ainda é começo de governo e não se repetirá mais. E os municípios serão todos atendidos. E que o orçamento possa ser remanejado para que a saúde seja mais atendida. E o povo mais simples, o preferencialmente mais pobre seja atendido.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço o seu aparte deputado. E tenho certeza, já sabia da ida do secretário a Ponta Grossa e não mais justo do que em cada cidade que o secretário fizer a sua peregrinação de preferência esteja o prefeito, seja de que partido for, acompanhando o secretário, pois é o prefeito que sabe acima de tudo os problemas de cada município.

Concluo dizendo e reafirmando, não tenho dúvidas, a saúde vai ficar numa situação em que todos nós esperamos que seja, sem os problemas que tivemos até o dia de hoje. E sugiro que cada deputado procure fazer a agenda com cada secretário no seu município, no município que representa. Porque o Dr. Cláudio Xavier, mais do que secretário é uma pessoa que tem todas as condições de fazer junto com os deputados um trabalho ajudando as regiões.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte deputado Stica. Apenas para reiterar as palavras que V. Exa. tem a respeito do secretário Cláudio Xavier. Conheço o Dr. Cláudio Xavier de muitos e muitos anos da profissão de médico, como exercendo a sua medicina. E tenho certeza que ele, à frente da medicina do Estado do Paraná, à frente da Secretaria de Saúde, poderá prestar um grande serviço. Principalmente porque foi ele, justamente, quem acabou propondo todo o plano de saúde do nosso governador Roberto Requião. Então este plano de saúde que hoje se procura implantar e que foi eleito pelo povo do Paraná, tenho certeza que será um plano com muito sucesso.

Veja, V. Exa. que muitos problemas nos restaram do final da questão passada com relação à saúde. São hospitais e mais hospitais - como disse bem V. Exa. com relação à Lapa -, trabalhando à meia força, quando, não, sendo fechados por total incapacidade de poderem ser geridos. Há um compromisso inclusive do governador Requião e que, tenho certeza, o Dr. Cláudio como secretário de Saúde irá exercer que é a recuperação das Santas Casas. Veja, V. Exa., que em todos os locais do Paraná onde temos Santa Casa, se elas forem, efetivamente, adequadas e capacitadas elas estarão dando resposta à população paranaense. Uma vez que todas elas são centros de excelência de medicina, mas que, infelizmente, estão sucateadas pela falta total de apoio.

Então, V. Exa. tem razão em dizer que nós poderemos fazer um bom trabalho com o secretário Cláudio

Xavier na área de saúde, mas, tenho certeza, temos que incorporar este projeto que já constava do projeto eleitoral do governador eleito.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço o aparte do deputado Marcos Isfer e encerro, reafirmando: o Dr. Cláudio Xavier deixou à disposição e cada deputado que assim o deseje, na sua região, ele estará fazendo as agendas junto com os deputados, pois, sabedor, como é, de que nós, parlamentares, somos o pára-choque da população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlene Caramês)

No Grande Expediente concedo a palavra ao deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, profissionais da imprensa, assessores parlamentares, funcionários da Casa, cidadãos paranaenses.

Quero registrar a presença no dia de hoje do reitor da Unioeste, nosso suplente a deputado que está aqui presente e à população aqui presente. Início este pronunciamento cumprimentando todas as mulheres do Estado pelo dia 8 de março, data que celebra sua história de luta por igualdade e justiça, embora já transcorridos alguns dias - deputada de Maringá, companheira, é importante destacar que, no último sábado, elas participaram de uma verdadeira maratona de eventos com a presença da ministra Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres do governo Lula. Um governo que cria uma Secretaria Especial para dedicar às mulheres, evitando, assim, em muito, a questão da discriminação.

Hoje, as mulheres estão dando continuidade a essa mobilização num grande movimento de protesto contra esta barbárie que é a guerra anunciada pelos governos americano e britânico contra o Iraque. Enfrentar as desigualdades na estrutura de poder dos efeitos perversos da exclusão e da violência contra homens e mulheres, é desafio e tarefa de todos nós, com toda certeza. O Governo Lula, sob a coordenação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, está empenhado no compromisso de uma real transformação das reações entre homens e mulheres em todos os setores. Tal compromisso, deputado Ademir Bier, objetiva a implantação do exercício de uma cidadania plena para todos os que estão excluídos muitas vezes.

Portanto, aproveito este momento para manifestar a minha intenção de integrar todas as iniciativas de todas as militâncias que tenham, por meta, fazer justiça para os cidadãos em todos os aspectos.

Senhor presidente, no setor da agricultura quero ler e destacar alguns pontos relevantes que têm sido manchetes nos jornais e que são do interesse de todos nós.

(Lê):

“Ultimamente o Brasil obteve excelentes resultados no comércio internacional. E o nosso Estado consolida-se como o 4º Estado exportador.

Dados consolidados de janeiro de 2002 a janeiro de 2003, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, com base em informações da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio mostram que o Paraná ficou em 3º lugar no item “superávit da balança comercial”, perdendo somente para Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Quando se analisa o incremento nominal - em valores absolutos - das exportações, observa-se que o Paraná foi o Estado que teve o melhor desempenho da Região Sul.

Mas o fato que eu realmente gostaria de destacar neste momento é que, dos 15 principais produtos exportados pelo Paraná, 13 são originários do setor agropecuário, sendo estes responsáveis por cerca de 82% dos valores de nossas exportações, dentre os produtos citados. Isto comprova a necessidade do incentivo dos investimentos em empreendimentos que agreguem valor aos nossos produtos primários.

A imprensa tem noticiado também que, em nível de Brasil, o setor do agronegócio tem sido o grande responsável pelos crescentes recordes de exportações e superávits de nossa balança comercial.

Quando se comparado a outros países, este resultado demonstra que o Brasil está se consolidando como o maior fornecedor mundial de alimentos, conforme matéria publicada no jornal Valor Econômico do último dia 10 de março.

Este fato tem uma significativa contribuição dos produtores paranaenses, o que deve ser motivo de muita satisfação e orgulho para todos nós produtores e para quem se enquadre nesse ramo de atividade nesta Casa. E para todos os produtores, naturalmente.

Mas, para que se tenham resultados cada vez melhores, é necessário que o governo estadual:

- volte a incentivar as propriedades familiares de nosso Estado;

- incentive a agregação de valor aos produtos agropecuários através de apoio à ampliação de investimento das empresas em atividade e incentive a instalação de novas agroindústrias no Estado; (cabe aqui, destacar a realização do Seminário Estadual sobre a “Agroindústria Familiar”. Promovido pela Seab/Deagro - Departamento de Desenvolvimento Agropecuário que já demonstra o interesse no novo governo em fomentar a agropecuária e as agroindústrias do Paraná.

É sempre bom lembrar que além de muita coragem e determinação para defender os interesses da produção familiar que se encontra marginalizado nesse Estado. E é essa atividade que se espera do novo governo. E com certeza já demonstra interesse em trabalhar nesse sentido; para que realmente este setor seja privilegiado no novo governo Lula e governo Requião.

Se de uma lado a soja, o álcool, o açúcar são importantes para pagar os juros de nossa tão questionada dívida externa, de outro lado é preciso sempre lembrar que o feijão, o arroz, a batata, a mandioca, as carnes de suínos e aves, ovos, o leite, as frutas e hortaliças - só para citar alguns, indispensáveis alimentos de nosso dia-a-dia -, são em mais de 75% produzidos pela agricultura familiar, em nosso Estado.

Deve-se lembrar ainda que, somente apoiar a produção não é o suficiente; faz-se necessário que o governo assessor as entidades representativas dos pequenos produtores e apoie missões empresariais paranaenses que objetivem ampliar nossa participação em mercados atuais, bem como possam abrir novos mercados.

Em uma parceria honesta, ética e politicamente correta, entre o “setor público e setor privado” a maior beneficiária será a própria população, ou seja: para que ocorra a geração de empregos, é preciso que haja investimentos para o aumento da produção, porém para que isso (maior produção) ocorra é preciso que se tenha maior demanda dos produtos. Isso só ocorre quando a população aumenta sua renda ou quando os mercados são ampliados.

Como está difícil o aumento real da renda das famílias, a ampliação dos mercados é uma opção.

Por isso, o aumento de exportações ocorrido nos últimos meses tem ajudado o resultado de nossa balança comercial, e um esforço conjunto (Poder privado e público) neste momento pode incrementar ainda mais a geração de empregos.

É importante destacar que existem pesquisadores estudando se existe correlação entre a firme posição do presidente Lula em favor da autodeterminação dos povos e à solidariedade entre as Nações, com os crescentes resultados positivos de nossa balança comercial. Possivelmente a explicação pode ser devido à simpatia desta proposta em relação à opinião pública internacional em favor do Brasil.

Em outras palavras, pode-se conjecturar que a posição a favor de uma solução entre EUA e Iraque, tem servido de merchandising favorável aos nossos produtos e contribuído com os resultados positivos de nossa balança comercial.

Para se ter uma idéia mais concreta sobre este fato, dentre os cinco maiores países importadores de produtos brasileiros - Emirados Árabes Unidos, China, Alemanha, França e Rússia - estão três países dispostos a vetar a guerra, contra o Iraque, caso seja aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU.

Observem senhores deputados, senhoras deputadas que, considerando os nossos interesses econômicos, coincidência ou não o Brasil está muito bem acompanhado nesta luta, pela paz entre as Nações. Porque os nossos maiores importadores de produtos da agropecuária, senhores deputados, os maiores países que importam os nossos produtos são contra a guerra, lá, no Iraque.

De qualquer forma, o que está para acontecer no Iraque terá reflexos em todos os países e não é possível que nós deputados fiquemos calados a copiar o estilo avestruz (que esconde a cabeça para fugir do perigo) mais do que um problema “dos outros”, é um problema muito mais do que nosso, pois irá afetar toda a sociedade paranaense, em especial, milhares de famílias rurais que se dedicam à produção de alimentos como frango, suíno, soja, para citar alguns exemplos.

Vejam, senhores e senhoras deputadas, mesmo com a possibilidade remota de se ter cidadãos brasileiros envolvidos diretamente no “front” da guerra, é certo que centenas de milhares de cidadãos de outros países estejam em combate, nos levando-nos a imaginar que, além de soldados, morrerão milhares de outras pessoas, inocentes civis - vítimas da saga de um governante de poderosa Nação que pretende subjugar os demais países.

Não me recordo dos pronunciamentos dos deputados que destacaram os riscos e conseqüências para a humanidade que uma guerra pode provocar, porém posso registrar que para um país periférico como o Brasil, cuja economia depende muito do comércio internacional, as perdas econômicas serão significativas.

Por este fato, levando em consideração os interesses econômicos dos produtores de nosso Estado, conclamo a todos os senhores deputados e senhoras deputadas para que nos juntemos a todas as pessoas de bem de nosso Estado e País, com objetivo de uma grande mobilização em defesa da paz e para que a guerra contra o Iraque não se concretize.

Senhora presidente, para finalizar um resumo do que falei, realmente, a preocupação nossa com a guerra do Iraque é de que as nossas exportações, por nós termos expandido significativamente nos últimos tempos, o país corre um sério risco de realmente ter diminuído as suas exportações, porque há países no mundo que não querem essa guerra e são os maiores importadores.

Há outros mercados que têm interesse no nosso mercado e, infelizmente, a guerra do Iraque irá prejudicar sobremaneira o nosso país e muitos outros países em desenvolvimento.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PL, PSC, PPS, PTB, PMDB, PSDB.

(**Declinam**)

Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães, no Horário do PFL.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhora presidente, senhoras e senhores deputados.

Tivemos nessa última semana na UEPG uma ampla reunião onde se debateu as deficiências na saúde

na Região dos Campos Gerais. Onde o reitor Paulo Godoy abriu as portas daquela Universidade e juntos com a Associação dos Campos Gerais e 18 prefeitos se discutiu a deficiência que temos em número de UTI's no município de Ponta Grossa e nos municípios da Região dos Campos Gerais. Temos naquela região 18 UTI's a disposição das pessoas que têm necessidade desse internamento. Cidades e regiões com um número de habitantes próximos como a região de Maringá tem um número superior a 50 UTI's. Em cima disso vimos um trabalho conjunto, uma união dos deputados que ali se fizeram presentes, o deputado daquela região, Jocelito Canto, e formamos uma frente para reivindicarmos do novo governo uma participação maior na saúde daquela região.

O deputado Luciano Ducci encaminha um projeto para ampliar o número de recursos da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, todos nós deveríamos apoiar este projeto, pois vai alavancar mais recursos para a saúde e com isso vai ser possível atender as deficiências das regionais do nosso Estado.

A bandeira foi levantada na Região dos Campos Gerais. Espero que as demais regiões do nosso Estado, que também têm deficiências na área da saúde, possam somar-se a esse movimento para que tenhamos mais recurso desse novo governo.

Quero dizer que, o Orçamento do Estado do Paraná que foi aprovado no ano passado para ser executado neste ano de 2003, Orçamento esse coordenado por representantes do novo governo direciona e coloca 6% da arrecadação para a área da saúde, sendo que constitucionalmente o número correto é de 12%.

Juntos temos que trabalhar para que a saúde do nosso Estado possa ter mais recursos. E o projeto do deputado Luciano Ducci, com certeza, vai alavancar e ajudar com que os paranaenses tenham atendimento melhor quando necessitam da saúde pública.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Consulto a Liderança do PSB.

Horário da Oposição.

Horário da Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 001/2003, subscrito pelos deputados Barbosa Neto, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Doutor Luciano e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente, solicitando ao presidente da República, que seja convocado para as elevadas funções de ministro do STF, de operador jurídico saído dos Quadros da Advocacia Pública e Privada, da Magis-

trutura Estadual e Federal ou do Ministério Público Federal e Estadual. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo deputado Neivo Beraldin, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do deputado Vanderlei Iensen em substituição ao deputado Barbosa Neto na CPI da Copel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Neivo Beraldin, na qualidade de líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do deputado Barbosa Neto para substituir o nome do deputado Vanderlei Iensen, na CPI do Pedágio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do deputado Delegado Bradock para substituir o nome do deputado Alexandre Curi na CPI do Pedágio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome da deputada Elza Correia para substituir o deputado Delegado Bradock na CPI do Banestado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Valdir Rossoni na qualidade de líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos deputados Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Ailton Araújo e Valdir Rossoni, para compor as CPI's do Paracidade, Copel, Jogos Mundiais da Natureza, Banestado e Pedágio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade líder do PFL, constante do expediente, indicando seu nome como titular na CPI dos Jogos Mundiais da Natureza. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Antonio Anibelli, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do deputado Alexandre Curi, para substituir o nome da deputada Elza Correia na CPI da Copel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Queremos registrar a presença do professor Wilson Luís Scussiati, reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Quem o traz aqui é o deputado Reni Pereira.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do nosso amigo e companheiro de São José dos Pinhais, vereador Carlos de Castro, aqui nesta Casa.

Seja bem-vindo, vereador!

Ele ocupa a 1ª Presidência da Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Registrado e agradecemos a presença.

Gostaria de comunicar também que hoje, dia 17 de março, é aniversário do deputado estadual Rafael Greca de Macedo.

Requerimento nº 299, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 074/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que institui a Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos dentro do Prazo de Validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 74/2002.

Curitiba, 15 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 090/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 351/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a “Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos”, conforme específica.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência deve-se a pronunciamento da Secretaria de Estado da Saúde, que, conceituando as várias características intrínsecas dos medicamentos e os riscos delas decorrentes, exigindo rígido controle de sua utilização, com vistas a evitar problemas, tais como ocorrência de reações alérgicas e choques anafiláticos, além de outros, no caso de uso inadequado da medicação distribuída, demonstra total inconveniência na adoção da pretendida medida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 351/2001 encontra-se publicado no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 074/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que objetiva instituir a Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos dentro do prazo de validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 083/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Região Turística das Cataratas do Iguaçu e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, consi-

derando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 218/2002

Curitiba, 22 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 041/2002, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 128/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso IV, da referida Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 128/2001 encontra-se publicado no DA nº 038/2001, de 16.04.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 083/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Região turística das Cataratas do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 084/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre as condições e a efetivação do Trabalho dos presidiários do sistema penitenciário do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 219/2002

Curitiba, 21 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 039/2002, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 251/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre autorização ao Poder Executivo para definir normas e implementar estruturas físicas destinadas a atividades laborais por internos do sistema penal estadual. Concede redução do ICMS às empresas privadas que se utilizem direta ou indiretamente do trabalho prisional, estabelecendo salário e forma de pagamento aos detentos.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre do fato de a medida, assim como está posta, apresentar aspectos de inconstitucionalidade, face os benefícios de redução tributária que concede, contrariando o artigo 155, parágrafo 2º, XII da Carta Magna e artigo 130, da constituição Estadual. Também porque não apresenta condições de plena e tranqüila exequibilidade, pela forma de fixação de salários e pagamentos e de assistência à família dos apenados, com a arrecadação obtida, além de dispor sobre a dispensa de licitação. Tudo isso lançado de forma complexa, envolvendo de maneira pouco inteligível matérias de competência da União e do Estado, contendo inclusive atribuições que já vem, de longa data, sendo exercidas no sistema penitenciário.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 251/2000 encontra-se publicado no DA nº 098/2000, de 08.08.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 084/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, que visa dispor sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/2002, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que obriga a distribui-

ção gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os Postos de Saúde do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 295/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 130/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, VII, combinado com o artigo 71, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 293/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão de considerá-lo inexecutável pela forma ampla de seus efeitos em relação às unidades de saúde abrangidas, pois tais males são tratados em unidades especializadas e não em postos de saúde, como prevê.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 293/2000 encontra-se publicado no DA nº 049/2002, de 24/04/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 086/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que visa obrigar a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata e leucemia, em todos os Postos de Saúde do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 094/2002, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 506/1999, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Kit de Material Didático-Escolar, para o ensino fundamental da rede pública estadual. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO

O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 293/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 017/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 506/1999, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, pelos motivos expostos.

Dispõe o autógrafa sobre autorização ao Poder Executivo para instituir o Programa Kit de Material Didático-Escolar, conforme especifica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições constantes do artigo 2º, as quais, assim como estão postas, não ensejam condições de plena exequibilidade, porque permitem variadas e dúbias interpretações.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 506/1999, encontra-se publicado no DA nº 012/2002, de 06/03/2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 094/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 506/1999, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Kit de Material Didático-Escolar.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 106/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 512/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que denomina a Ciretran de Maringá de Major Abelardo José da Cruz. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 303/2002

Curitiba, 25 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 173/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com o artigo 87, inciso e 71, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 512/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a pretendida denominação recairia expressamente em uma unidade administrativa, o que não teria impedimento caso buscase denominar apenas o prédio sede da repartição que menciona.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 512/2001 encontra-se publicado no DA nº 145/2001, de 10/10/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 106/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 512/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que denomina a Ciretran de Maringá de Major Abelardo José da Cruz.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Estes seis itens estão em bloco, em discussão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados: Nós hoje, após o término desta Sessão Ordinária, deveremos nos reunir no plenarinho da Assembléia Legislativa para a instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Quero encaminhar a votação dos seguintes vetos: os seis vetos que estão sendo discutidos hoje pelo Poder Legislativo, todos têm problema do ponto de vista da atribuição.

Não é atribuição do Poder Legislativo nem do deputado, a não ser quando a origem, o encaminhamento é demandado pelo Poder Executivo, a respeito de qualquer autarquia, de qualquer administração da área administrativa, que um deputado tenha o poder e o direito de fazer as alterações.

Como não é o caso, todos os vetos e projetos em discussão hoje, estão com o problema do ponto de vista da origem. Neste sentido, estamos encaminhando a votação pela manutenção dos vetos, uma única exceção é um veto parcial em um dos projetos.

Pedimos a manutenção, mesmo porque o veto parcial é absolutamente procedente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Em se tratando de veto, a votação será secreta.

O senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos senhores deputados que votarão.

Aqueles que desejarem votar pela manutenção do veto, votarão com a expressão “SIM”. Aqueles que desejarem a derrubada do veto, votarão com a expressão “NÃO”.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quem é para votar pela manutenção do veto, senhor presidente, vota “SIM”!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

A derrubada do veto, “NÃO”.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Nós estamos encaminhando pela manutenção do veto, senhor presidente. Já tivemos algumas confusões no encaminhamento das votações, gostaria que ficasse bem claro isso.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O líder do Governo está encaminhando pela manutenção do veto. A Mesa cumpre o seu papel de mostrar que quem deseja derrubar o veto, poderá fazê-lo pela expressão NÃO. Aqueles que desejam manter o veto o farão pela expressão SIM.

Senhora secretária, deputada Elza Correia, por favor proceda à chamada dos senhores deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**)

46 deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Quarenta e seis deputados votaram.

Convido para escrutinar os votos os deputados Dobrandino, Elton Carlos Welter, e Ratinho Júnior.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença da minha querida amiga, vereadora Terezinha Leal, da cidade de Cafelândia, que nos abrilhanta hoje com a sua presença nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Obrigado pela presença, vereadora. Seja bem-vinda.

Dezoito NÃO; vinte e oito sim, SIM.

Mantidos os vetos dos itens 1 ao 6.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que altera o *caput* do artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa. PARECER FAVORÁVEL DA C.E. (**Publ. no DA nº 005/2003, de 11.03.2003**).

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2003

P A R E C E R :

O projeto de resolução em tela, de autoria do nobre deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo alterar o *caput* do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trata das Indicações.

Chamada a opinar, conforme dispõe o artigo 33, parágrafo 1º, I, do Regimento Interno, a Comissão Executiva entende que a presente proposição proporcionará que os deputados estaduais sejam um instrumento para sugerir medidas para Ministros de Estado, Secretários de Estado, instituições, entidades, empresas privadas, organizações, federações e sindicatos, enfim para qualquer agente público ou privado, contemplando uma antiga aspiração desta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos nosso parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 01/2003, opinando pela sua aprovação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.03.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Em discussão.

O SR. VANDERLEI IENSEN (**Pela Ordem**)

Pedi para elaborar um requerimento solicitando que seja retirado este projeto por dez Sessões. Nós estamos elaborando um estudo global do nosso Regimento Interno e gostaríamos que este projeto não fosse votado na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Este requerimento está sendo encaminhando à Mesa, deputado?

(**Assentimento do deputado**)

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Está chegando à Mesa, um pedido para que esse requerimento não seja votado, hoje, e seja retirado por cinco sessões, tendo em vista que a comissão do Vanderlei Iensen, está a analisar fazer a reforma do Regimento Interno, como um todo.

O SR. HERMES DA FONSECA

Senhor presidente, eu estranho o pedido formulado pelos deputados, Neivo Berardin e Vanderlei Iensen, uma

vez que não vamos conseguir reformar o regimento da Casa, em cinco sessões, não no atropelo. O regimento da Casa é arcaico e está necessitando de sua modernização e adaptação à Constituição de 1988, que até hoje não foi feita. Estamos pretendendo com esse projeto de decreto legislativo sanar, no momento, uma falta que existe no Regimento Interno da Casa, que impede que o deputado, o parlamentar, possa ter a iniciativa de encaminhar aos outros poderes: Executivo, Judiciário e aos demais poderes, sugestões, proposições, que possam ser, inclusive, votadas nas comissões de mérito, dada a sua publicidade e passar pelo processo legislativo.

É preciso que o Plenário desta Casa aprove a indicação legislativa. É diferente de um requerimento. Estamos querendo contribuir com a iniciativa parlamentar. Porque muitas vezes a matéria vai para o Executivo e volta com o veto, porque aquela matéria não era de iniciativa do próprio parlamentar. O que queremos fazer é corrigir uma falha do momento, até que o Regimento Interno seja aprovado. Para ser aprovado o Regimento Interno é preciso muito trabalho. Trabalho não só de uma pessoa, trabalho de uma comissão, dos funcionários da Casa, que têm experiência, de assessores e de juristas. Porque o Regimento Interno da Casa tem que ser em primeiro lugar, democrático; em segundo, tem que contemplar as minorias em qualquer momento. Se hoje somos maioria, no próximo governo podemos ser minoria.

Então, o Regimento tem que ser universal, amplo, democrático e contemplar as minorias. essa é a nossa razão, no momento de propor esse projeto de decreto legislativo.

O SR. VANDERLEI IENSEN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu gostaria de propor ao deputado Hermes da Fonseca, que tirássemos por três Sessões Legislativas esse requerimento, para que possamos deliberar em conjunto e conversar a respeito deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Natália Stica)

Em votação o Requerimento nº 267-A, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões do Projeto de Resolução nº 001/2003. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Resolução nº 001/2003.

Sobre a mesa, Requerimento nº 263, de autoria do deputado Nereu Moura, com apoio dos deputados Renato Gaúcho, Reni Pereira, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Não recebido e votado por se tratar de matéria vencida.**

Requerimento nº 267, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 268, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 270, de autoria do deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 271, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 276 e 277, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 278 e 342, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 282 a 285, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 286 a 292 e 320, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 293 a 298, e 300 a 303, de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 304, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 306 a 312, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 313 a 318, de autoria do deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 319 e 343, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 321 a 328, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 335, de autoria do deputado Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Tadeu Veneri, Doutor Luciano e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 339, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Requerimento nº 340, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 341, de autoria do deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito após o encerramento da Sessão que o senhor deputado Stica instale as Comissões Parlamentares de Inquérito que foram aprovadas pelo Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 044, 079, 081, 087, 130 e 137/2002.

Levanta-se a Sessão.

Relatoria da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DISTRIBUÍDOS PARA RELATORIA EM 13.03.2003

Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's e outros estabelecimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 009/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que propõe a implementação e a obrigatoriedade do ensino de artes no currículo das escolas da rede estadual de ensino. **Relator: deputado Tadeu Veneri** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 010/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que institui incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda. **Relator: deputado Elton Carlos Welter** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 012/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera a Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para distribuição, aos municípios, do produto de arrecadação de ICMS. **Relator: deputado José Maria Ferreira** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 017/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral", nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **Relator: deputado Nelson Justus** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o Serviço Voluntariado

no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. **Relator: deputado Marcos Isfer** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre arrecadação do IPVA. **Relator: deputado Antonio Anibelli** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 081/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da Carteira de Identidade para a realização de matrícula na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. **Relator: deputado Antonio Anibelli**. Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera a Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível, na forma em que especifica. **Relator: deputado Marcos Isfer** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 083/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2003, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), modificando e acrescentando dispositivos em seu anexo. **Relator: deputado Hermes Fonseca** - Enviado em 13.03.2003.

Pauta da Reunião da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA PARA OS PROJETOS DESIGNADOS ENTRE OS DIAS 10 E 14 DE MARÇO DE 2003

Projeto de Lei nº 001/2003 - autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pela administração direta, indireta e funcional do Estado do Paraná.

Projeto de Lei nº 018/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a utilização de programas abertos, livres de restrições proprietárias quanto a sua cessão, alteração e distribuição pelo Estado do Paraná.

Ambos anexos - Relator: deputado Marcos Isfer, enviado em 11.03.2003.

Projeto de Lei nº 008/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que normatiza os serviços funerários nos Institutos Médicos Legais - IML's e outros estabele-

cimentos públicos congêneres no Estado do Paraná. **Relator: deputado Elton Carlos Welter** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 009/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que propõe a implementação e a obrigatoriedade do ensino de artes no currículo das escolas da rede estadual de ensino. **Relator: deputado Tadeu Veneri** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 010/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que institui incentivo às indústrias que vierem a se instalar em municípios de baixa renda. **Relator: deputado Elton Carlos Welter** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 012/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que altera a Lei nº 9491, de 21 de dezembro de 1990, que estabelece critérios para distribuição, aos municípios, do produto de arrecadação de ICMS. **Relator: deputado José Maria Ferreira** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 014/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que altera os limites do município de Campo Largo com o município de Itaperuçu. **Relator: deputado Tadeu Veneri**, enviado em 11.03.2003.

Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. **Relator: deputado Marcos Isfer**, enviado em 11.03.2003.

Projeto de Lei nº 017/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral", nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por servidores públicos estaduais. **Relator: deputado Nelson Justus** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o Serviço Voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. **Relator: deputado Marcos Isfer** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre arrecadação do IPVA. **Relator: deputado Antonio Anibelli** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 081/2003, de autoria da deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exibibilidade da Carteira de Identidade para a realização de matrícula na Rede

Estadual de Ensino e dá outras providências. **Relator: deputado Antonio Anibelli**. Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 082/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que altera a Lei nº 13.463, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos revendedores de combustível, na forma em que especifica. **Relator: deputado Marcos Isfer** - Enviado em 13.03.2003.

Projeto de Lei nº 083/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2003, que objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS), modificando e acrescentando dispositivos em seu anexo. **Relator: deputado Hermes Fonseca** - Enviado em 13.03.2003.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luciano Ducci, Marcos Isfer, Nelson Justus e mais os senhores deputados Ailton Araújo, Elza Correia, Pastor Edson Praczyk, Cida Borghetti e Wanderley Iensen. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 15/2003, de autoria do senhor deputado delegado Bradock. O senhor deputado Marcos Isfer, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto a Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Estado da Fazenda - DEFERIDO pelo senhor presidente; 02) Projeto de Lei nº 33/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 49/2003, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. O senhor deputado Marcos Isfer, relator da matéria, REQUER DILIGÊNCIA junto a Procuradoria Geral do Estado e Casa Civil - DEFERIDO pelo senhor presidente; 04) Projeto de Lei nº 50/2003, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 47/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná. Parecer

FAVORÁVEL do senhor deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 63/2003, de autoria da Bancada do PT. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Elton Carlos Welter - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos no nome do deputado Elton Carlos Welter para presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Elton Carlos Welter agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os feitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1ª vice-presidente, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, ELIO RUSCH, VANDERLEI IENSEN, RATINHO JÚNIOR, PADRE PAULO CAMPOS, ARTAGÃO JÚNIOR, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOCELITO CANTO, WALDIR LEITE, ELTON CARLOS WELTER, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DUÍLIO GENARI, FRANCISCO BÜHRER E CHICO NOROESTE.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COPEL ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de eleger o presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maio-

ria dos votos nos nomes dos deputados Marcos Isfer e Ademar Traiano para presidente e vice-presidente, respectivamente. Conforme entendimento das lideranças partidárias o deputado Ratinho Júnior será o relator da presente CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os feitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1ª vice-presidente, TADEU VENERI, VANDERLEI IENSEN, LUIZ ACCORSI, ALEXANDRE CURI, ADEMAR TRAIANO, MARCOS ISFER, DURVAL AMARAL, LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI E RATINHO JÚNIOR.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BANESTADO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de eleger o presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Neivo Beraldin e Luciano Ducci para presidente e vice-presidente, respectivamente. Conforme entendimento das lideranças partidárias a deputada Elza Correia será a relatora da presente CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os feitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1ª vice-presidente, PEDRO IVO ILKIV, ADEMIR BIER, NELSON JUSTUS, MILTINHO PUPIO, LUCIANA RAFAGNIN, NEIVO BERARDIN, FRANCISCO BÜHRER, DOUTOR LUCIANO, ELZA CORREIA, WALDIR LEITE, AILTON ARAÚJO.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PEDÁGIO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de eleger o presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão

Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados André Vargas e Delegado Bradock para presidente e vice-presidente, respectivamente. Conforme entendimento das lideranças partidárias o deputado Ademar Traiano será o relator da presente CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os feitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1ª vice-presidente, ANDRÉ VARGAS, BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI, DELEGADO BRADOCK, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES E DUÍLIO GENARI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
PARANACIDADE
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de eleger o presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados José Maria Ferreira e Elio Lino Rusch para presidente e vice-presidente, respectivamente. Conforme entendimento das lideranças partidárias o deputado Artagão Júnior será o relator da presente CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os feitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1ª vice-presidente, PADRE PAULO CAMPOS, JOSÉ MARIA FERREIRA, JOCELITO CANTO, ARTAGÃO JÚNIOR, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, ELIO RUSCH E CIDA BORGHETTI.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de eleger o presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Natálio Stica, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Dobrandino da Silva e Plauto Miró Guimarães para presidente e vice-presidente, respectivamente. Conforme entendimento das lideranças partidárias o deputado Fernando Ribas Carli será a relatora da presente CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os feitos legais.

(aa) NATÁLIO STICA - 1ª vice-presidente, ELTON CARLOS WELTER, RENATO GAÚCHO, VALDIR ROSSONI, DOBRANDINO DA SILVA, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES E LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI.

Balancete:

OFÍCIO Nº 02/2003

Curitiba, 10 de fevereiro de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de Janeiro/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/01/2003
---	---------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	14.600.000,00	14.600.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	14.600.000,00	14.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	300.000,00	300.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.900.000,00	14.900.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	599.538,36	599.538,36
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	599.538,36	599.538,36
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	599.538,36	599.538,36
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	4.760.343,88	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	4.760.343,88	4.760.343,88
TOTAL	20.259.882,24	20.259.882,24

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Janeiro MÊS: Janeiro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/2003
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	11.599.613,98	11.599.613,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.891.968,48	9.891.968,48
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.707.645,50	1.707.645,50
DESPESAS DE CAPITAL	134.800,71	134.800,71
INVESTIMENTOS	134.800,71	134.800,71
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	11.734.414,69	11.734.414,69
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	341.195,13	341.195,13
PAGAMENTOS	341.195,13	341.195,13
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	557.390,00	557.390,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	557.390,00	557.390,00
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	898.585,13	898.585,13
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	7.626.882,42	7.626.882,42
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	7.626.882,42	7.626.882,42
TOTAL	20.259.882,24	20.259.882,24

-

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade